

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Nicholas Moreira Borges de Castro

***Agentes estatais e o trabalho em rede: Uma experiência institucional de
atenção aos conflitos abarcados pela Lei Maria da Penha***

Brasília
2013

Nicholas Moreira Borges de Castro

**Agentes estatais e o *trabalho em rede*: Uma experiência institucional de
atenção aos conflitos abarcados pela Lei Maria da Penha**

Monografia apresentada ao Departamento de
Antropologia como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em Ciências
Sociais com habilitação em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Schroeter Simião

Brasília
2013

**Agentes estatais e o *trabalho em rede*: Uma experiência institucional de
atenção aos conflitos abarcados pela Lei Maria da Penha**

Nicholas Moreira Borges de Castro

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Daniel Schroeter Simião
Departamento de Antropologia – UnB

Professora Dra. Soraya Resende Fleischer
Departamento de Antropologia - UnB

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, antes de tudo, aos interlocutores e interlocutoras que possibilitaram a realização do meu trabalho. As conversas, a receptividade e a atenção de vocês tornou a realização do campo etnográfico ainda mais rica e estimulante.

Ao meu orientador, Prof. Daniel Simião, pelas leituras e reflexões que foram de grande importância para a construção desta monografia. Agradeço também pelas oportunidades de participação em pesquisas que ampliaram e amadureceram meu olhar sobre o campo da administração institucional de conflitos.

A todos e todas os (as) colegas de pesquisa da graduação com quem compartilhei experiências e momentos de discussão bastante proveitosos. Especialmente à Ranna e à Bruna, que vieram a se tornar amigas e parceiras mesmo fora do mundo acadêmico.

À Fernanda, companheira do primeiro trabalho de campo que realizei no curso de Antropologia e grande amiga na minha jornada pela universidade. Os nossos papos fazem uma falta que você não imagina. À Natália, pela paz de espírito, pela compreensão e pela alegria que só uma amiga incrível como você poderia me proporcionar.

À Kris, por compartilhar uma vida comigo, pela influência decisiva na busca pelos meus sonhos e por acreditar em mim sempre. Seu amor fez toda a diferença.

Aos meus pais e irmãos, por toda a contribuição em minha trajetória de vida, pelo afeto e pela paciência ao longo dos últimos meses. Vocês foram fundamentais para a conclusão deste trabalho mesmo nos mais sutis momentos.

Meu muito obrigado a todas e todos.

RESUMO

O recente contexto nacional do tratamento aos conflitos de gênero pelo Poder Público é marcado por importantes iniciativas, como a promulgação da Lei 11.340/06 e a instituição de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Este trabalho tem esse contexto como base das discussões teóricas e do campo etnográfico realizado. Proponho aqui analisar os trabalhos de articulação de uma rede de serviços estatais, com foco nas relações que essa rede manteve com o Poder Judiciário. A diversidade de atores institucionais e de perspectivas sobre o tratamento aos conflitos em questão permite refletir sobre a rede como um espaço hierarquizado de profissões e instituições. Parto desse princípio para problematizar as relações desses atores como constituintes de uma dimensão do campo estatal de administração de conflitos e do campo de políticas para as mulheres.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha, rede de serviços, campo estatal de administração de conflitos, violência doméstica, poder judiciário.

ABSTRACT

The recent national context about the gender conflicts treatment by the State is marked for important initiatives, as the creation of the Law 11.340/06 and the institution of a National Policy to Face the Violence Against Women. This work has this context as a base for theoretic discussions and for realization of the ethnographic field. I analyze the collective works of a public services network, with a special attention for the relationship build with the Justice institutions. The diversity of institutional actors and perspectives about these type of conflicts allows me to make some reflections about this network as a hierarchical space of professions and institutions. From that principle I make a discussion about how the interaction of these actors is a dimension of the conflicts management field and the women policies field.

LISTA DE SIGLAS

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

CJM/TJDFT – Centro Judiciário da Mulher

SERAV/TJDFT – Serviço de Assessoramento aos Juízos Criminais

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

SEMA/MPDFT – Setor de Medidas Alternativas

NAFAVD – Núcleo de Atendimento a Famílias e aos Autores de Violência Doméstica
(Vinculado à Secretaria da Mulher)

Pró-Vítima – Programa de atendimento às pessoas em situação de violência da Secretaria de
Justiça (SEJUS/DF)

ISM/SES – Instituto de Saúde Mental (Secretaria de Saúde)

UPA – Unidade de Pronto Atendimento (Secretaria de Saúde)

EDUCS – Programa de Educação para a Cidadania e Segurança (Polícia Militar)

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CEBAN – Centro Educacional Bandeirantes

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1: Os tratamentos da violência de gênero pelo poder público.....	14
Perspectivas teóricas acerca da violência de gênero.....	14
O processo de sensibilização nas esferas estatais.....	17
A instituição de políticas públicas voltadas à “violência contra mulheres”.....	20
A noção de “redes” nas políticas de atenção aos conflitos.....	23
Redes de serviços: articulações institucionais em um campo estatal.....	26
O contexto de atenção à “violência contra mulheres” no DF.....	27
Capítulo 2: O trabalho em rede: uma experiência de atenção aos conflitos abarcados pela Lei Maria da Penha.....	30
Consideração sobre minha inserção no campo etnográfico.....	30
A formação da rede.....	33
As reuniões observadas.....	35
Capítulo 3: O Judiciário na Rede Social de Proteção à Mulher do DF.....	46
As percepções dos profissionais sobre o <i>trabalho em rede</i>	46
A dinâmica e o papel das reuniões.....	48
As percepções dos profissionais sobre os conflitos de Lei Maria da Penha.....	51
O Centro Judiciário da Mulher.....	53
A atuação e influência dos profissionais da Justiça na <i>rede</i>	56
Conclusão.....	63
Referências Bibliográficas.....	69

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta do acompanhamento de práticas que constituem o trabalho de articulação de serviços e instituições que lidam com o fenômeno social da violência de gênero. Para tanto, escolhi me inserir nos trabalhos de articulação dos organismos de Estado que atendem às demandas da população do Núcleo Bandeirante, Park Way e Candangolândia – todas elas regiões administrativas do Distrito Federal. O campo de pesquisa que viabilizou esta monografia, portanto, não se limita a um único espaço de sociabilidades com seus atores sociais fixos, mas lida com a articulação constante de diversos sujeitos identificados por suas respectivas posições institucionais.

A Rede Social de Proteção à Mulher do DF, nome oficial dessa iniciativa, é predominantemente formada por serviços estatais no âmbito dos poderes Executivo e Judiciário distritais. Além destes, há a presença de organizações não governamentais que realizam acolhimento a pessoas em determinadas condições de vulnerabilidade. Os sujeitos responsáveis pelo trabalho de articulação são os(as) profissionais das instituições, com diversos cargos e funções nos respectivos quadros administrativos de que fazem parte.

A escolha pela temática do atual tratamento que o Poder Público oferece à questão da violência praticada em âmbito doméstico e familiar – que incorporou em níveis relativos uma consciência de desigualdade de gênero – foi impulsionada pela minha trajetória acadêmica na graduação, de interesse em estudos ligados a questões de gênero e de justiça.

Entretanto, a relação já construída com alguns servidores do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Fórum Desembargador Hugo Auler pode ser definida como minha porta de entrada para os acompanhamentos dos trabalhos da rede de que faziam parte. Por meio de minha inserção neste juizado em pesquisa anterior – “Reparação, Justiça e Violência Doméstica: perspectivas para reflexão e ação”¹ –, descobri, em outubro de 2012, a existência do trabalho de articulação institucional com serviços governamentais do Núcleo Bandeirante e regiões próximas que atendiam pessoas em situação de violência doméstica.

No mês seguinte eu já iniciava as observações participantes, que consistiam no acompanhamento de reuniões entre os representantes dessas instituições. Posteriormente,

¹ A pesquisa “Reparação, Justiça e Violência Doméstica: Perspectivas Para Reflexão e Ação”, coordenada pelo professor Daniel Simião e vinculada ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT/InEAC), analisou o tratamento judicial oferecido aos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres em diferentes varas localizadas no Distrito Federal, que apresentavam perfis distintos e, portanto, procedimentos e práticas diferentes.

realizei entrevistas com alguns de meus interlocutores, no sentido de compreender mais profundamente os aspectos particulares de seus discursos. Minha motivação em realizar o campo etnográfico observando os trabalhos dessa “rede” se deve também à pertinência e atualidade das discussões sobre a violência doméstica e as suas formas de tratamento por parte dos organismos estatais. A criação de serviços especializados ao longo dos últimos anos dentro do contexto de promulgação de uma legislação voltada para tratar dos conflitos domésticos que envolvem mulheres em situação de violência reflete a crescente preocupação com agressões historicamente invisibilizadas, bem como a constante multiplicação no número de denúncias em localidades do território nacional onde o Estado forneceu condições para implantação dessa lei.

Percebe-se, ao longo de um recente processo de fortalecimento do diálogo entre atores do Poder Público e a chamada “sociedade civil organizada” no contexto da referida temática, o estabelecimento de um consenso que pensa o tratamento oferecido às pessoas (sobretudo às mulheres) em situação de violência como uma política pública que envolve uma diversidade de setores governamentais e a Justiça Criminal. Várias são as iniciativas nos âmbitos estatal e acadêmico que demonstram essa necessidade de articulação entre as diferentes formas de assistência na atenção ao fenômeno da violência doméstica.

Marco histórico dessa discussão, a promulgação da Lei Maria da Penha (11.340/06) é fruto de um processo que, ao longo das últimas décadas, pode ser caracterizado como de luta pela efetivação de direitos às mulheres e pela sensibilização dos organismos estatais no que tange à violência doméstica. Sabe-se que a lei não visa unicamente fornecer as bases legais para a criminalização das ações violentas contra mulheres, mas também assegurar e promover variadas formas de assistência, sobretudo jurídica, psicológica, de saúde e da assistência social. Seus artigos 8º e 9º, especificamente, demonstram uma percepção sobre a necessidade de articular diferentes âmbitos do Poder Público no sentido de oferecer atenção adequada às demandas das pessoas em situação de violência. Os textos principais de ambos os artigos, assim, estabelecem:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. (BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006)

Por sua vez, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, elaborada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, foi construída como um documento que estabelece princípios e diretrizes para a prevenção e combate do fenômeno em questão. Essa iniciativa do governo federal também apresenta preocupação com a efetivação de uma rede de instituições e serviços voltada para o tratamento dos diversos tipos de violência doméstica. Afirma, assim, que:

O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres. (Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2007, p.11)

Em relatório de 2011, o Observatório pela aplicação da Lei Maria da Penha – OBSERVE/UFBA – apresentou resultados de uma pesquisa voltada para identificar obstáculos na articulação de serviços para efetivação da Lei 11.340/06 em cinco capitais brasileiras. Utilizando-se de conceitos como “intersectorialidade” (MAGALHÃES, 2004) e “transversalidade de gênero” (BANDEIRA, 2005), o documento contextualiza sua justificativa sobre a relevância de se compreender a realidade dos “trabalhos em rede” realizados no intuito de melhor atender os casos de violência doméstica.

Entender como se dão práticas de articulação de serviços nessa área é tarefa importante para o campo de estudos sobre a violência doméstica, e este trabalho busca seguir nesta trilha. Nesse sentido, a primeira intenção da pesquisa é compreender os significados próprios da constituição da rede de atenção à violência doméstica em questão, analisar as particularidades de seu processo de formação para interpretar seu caráter e relevância frente à violência de gênero no contexto dos conflitos domésticos e familiares.

Sendo assim, é relevante caracterizar os atores/serviços que compõem e atravessam essa “rede”, identificar os aspectos que favorecem e dificultam o trabalho articulado das instituições e analisar o entendimento que os sujeitos envolvidos têm da questão da violência doméstica e de gênero.

A outra dimensão do recorte etnográfico diz respeito às relações da Rede Social de Proteção à Mulher com o trabalho da Justiça. Por mais que a atenção ao problema da violência de gênero não passe necessariamente pela judicialização dos casos, sobretudo no que concerne às ações de prevenção, entendo que a maior parte dos esforços institucionais de atenção ao problema foi construída para se articular com o aparato estatal da Justiça após a promulgação da Lei Maria da Penha. A natureza jurídica da iniciativa em que se configura a lei acabou por aproximar os serviços de prevenção e assistência às mulheres em situação de violência pela sua articulação com o Judiciário e com o Ministério Público. Além disso, a criação de 12 juizados criminais de casos abarcados pela Lei Maria da Penha no DF em apenas seis anos aponta para esforços estatais de judicialização do problema e de estimular que mulheres procurem a Justiça para receber a atenção prevista na Lei 11340/06.

É importante explicar que não pressuponho a existência de fronteiras precisas sobre a construção da “rede” e da “Justiça” como agentes sociais. É justamente pelo fato de os serviços de Justiça estarem fortemente representados dentro das articulações em rede que ambas possuem uma relação ainda mais sensível e complexa. Preocupa-me entender em que medida a rede se constrói como um coletivo institucional independente da natureza de serviços estatais específicos. É fundamental, então, identificar a natureza das ações que caracterizam essa rede e qual a influência das instituições da Justiça (na figura de seus profissionais) na construção desse trabalho de articulação, pois podem funcionar como um espaço de escuta das demandas dos outros serviços e/ou fazerem destes o espaço de escuta para as suas demandas. Dessa forma, entendo ser bastante oportuno observar e analisar a rede em questão também como dimensão de um “campo” (BOURDIEU, 1983), uma vez que as assimetrias de poder decorrentes das distintas posições dentro desse espaço são fatores de extrema relevância para compreender as relações e discursos que formam a rede.

Partindo dessa contextualização inicial, a monografia se estrutura em diferentes partes. No primeiro capítulo, pretendo realizar o levantamento da revisão bibliográfica referente às teorias sobre a violência de gênero, ao processo de sensibilização estatal em relação a esses conflitos (sobretudo em âmbito doméstico e conjugal) e à conceituação sobre a noção de “redes” no contexto da construção de uma política de atenção à violência. Na segunda parte, apresento o campo etnográfico em nível descritivo, no intuito de evidenciar os atores, suas práticas e os aspectos que constituem suas relações de articulação em rede.

No terceiro capítulo, parto da análise das relações percebidas na articulação em rede e do lugar da Justiça na mesma para compreender de que forma os agentes do Judiciário

participam da construção da Rede Social de Proteção à Mulher enquanto um sujeito político no campo estatal.

Por fim, na conclusão deste trabalho, há um levantamento das questões centrais presentes no campo etnográfico. Dessa forma, as representações dos interlocutores de campo acerca do trabalho de articulação que é realizado e da violência doméstica e familiar serão discutidas buscando o suporte do arcabouço teórico, de modo a refletir sobre essa “rede de serviços” (CARREIRA E PANDJARJIAN, 2003) como uma dimensão dos campos estatal de administração de conflitos (SINHORETTO, 2010) e de políticas para as mulheres.

CAPÍTULO 1

OS TRATAMENTOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO PELO PODER PÚBLICO

Perspectivas teóricas acerca da violência de gênero

A constituição do debate sobre as variadas formas de violência que atingem as mulheres já se fazia presente no feminismo brasileiro e nos espaços acadêmicos desde a década de 1970. Estudos e militância feministas lidavam com a questão como um fenômeno social e, dessa forma, não foi necessário muito tempo para que as primeiras perspectivas teóricas sobre essa categoria de violência surgissem nas ciências humanas e sociais.

A relevante literatura produzida na década de 80 compõe um amplo cenário de discussões, que, no entanto, é polarizado em duas tradições: uma que se baseia na dinâmica da oposição “agressor vs vítima” e outra entendida como uma abordagem “relacional” (SANTOS e IZUMINO, 2005). Os primeiros trabalhos com o intuito de compreender as motivações e aspectos da violência praticada contra mulheres caracterizaram-se pela ideologia feminista de problematização do machismo e das desigualdades de poder entre homens e mulheres. Com foco que recaía sobre a violência doméstica e conjugal, autoras do feminismo acadêmico pensavam o problema em termos de consequências da dominação masculina como estrutura de poder. Havia claramente um tom de denúncia à subalternidade em que as mulheres eram postas, sendo a violência contra elas uma expressão de um sistema de dominação perverso.

Marilena Chauí foi uma grande expoente da corrente teórica que explicava a violência contra mulheres como uma espécie de ação fundamentada por uma ideologia machista de subordinação feminina. Essa concepção compreendia as relações entre homens e mulheres como perpassadas por um sistema de dominação masculina que subalternizava mulheres. O uso da violência, por essa lógica, se constituiria como ação que destituía as mulheres da condição de sujeito. A condição feminina de vítima era produzida, portanto, pela violência como recurso da dominação masculina. Há que se ressaltar, no entanto, que apesar da dicotomia “homem agressor” vs “mulher vítima” se fazer presente em sua análise, Chauí destaca que as mulheres também se transformam em “cúmplices” das violências que

sofrem e das que praticam contra outras mulheres – o que ocorreria como uma consequência da influente ideologia de dominação masculina. Entretanto, suas ações violentas não decorreriam da liberdade de escolha, visto que a ausência de autonomia enquanto sujeito é justamente o que as fazem agir como “instrumentos” (CHAUI, 1984) da dominação masculina (reproduzindo sua lógica e suas práticas).

De modo bastante influente dentro do pensamento feminista até os tempos atuais, há a perspectiva teórica que concebe a violência contra mulheres necessariamente contextualizada dentro de um sistema de “patriarcado”. A maior expoente dessa abordagem foi H. Saffioti, numa teorização que articula a dominação masculina às estruturas da sociedade de classes e das desigualdades étnico-raciais. A socióloga elabora de maneira mais complexa o processo de dominação masculina considerado por Chauí, advogando que as relações entre homens e mulheres devem ser pensadas dentro de um sistema de dominação-exploração que socializa ambos para que se submetam a ordem dessas estruturas articuladas. O Patriarcado seria estrutura fundante das relações sociais em sociedades diversas (não apenas ocidentais) impondo a dominação-exploração, alienando as mulheres das possibilidades de exercício de poder e de recursos materiais e simbólicos para subverter a ordem hierárquica a que estão submetidas. Dessa forma, a violência nas relações conjugais não era vista de outro modo senão enquanto “violência contra a mulher”.

As análises da corrente patriarcal de estudos sobre a violência entendem, portanto, mulheres e homens presos a um esquema de dominação-subordinação que enxerga as mulheres em posição de vítimas no exercício da violência nas relações domésticas e conjugais. A dominação masculina implica um lugar de poder aos homens que os coloca em posição para o exercício da violência. No entanto, diferente de Chauí, Saffioti não concebe as mulheres como sujeitos sem autonomia, pois percebe ações de resistência por parte destas perante sua condição de sujeito dominado-explorado. Além disso, critica qualquer ótica que as enxergue enquanto cúmplices da violência que sofrem, pois elas acabam não por colaborar, mas por ceder ao exercício de poder masculino nas situações de violência (SAFFIOTI, 2004).

Dessa forma, no esquema de reprodução do Patriarcado a violência de gênero é vista como a atualização dos exercícios de papéis do “homem-algoz” e da “mulher-vítima”. Essa perspectiva, que ganhou força em seu caráter de denúncia de uma violência histórica e cultural sofrida por mulheres, é relevante porque problematiza justamente as diferentes

posições de poder que constituem as relações de gênero, sobretudo quando se trata do fenômeno da violência nos âmbitos doméstico e conjugal.

No outro polo das discussões têm-se as conclusões de M. F. Gregori, cujos argumentos alcançaram visibilidade em sua obra “Cenas e Queixas” (1993). A antropóloga problematiza dois universos de práticas discursivas: o atendimento do SOS Mulher enquanto organização feminista e a narrativa de mulheres sobre suas experiências de violência doméstica. Apesar de a categoria “gênero” não permear seu trabalho de modo a ser determinante para a construção de seu ponto de vista, ela se faz presente no sentido de permitir enxergar a questão que Gregori objetiva levantar: há significados próprios à maneira como a violência é construída nos enredamentos subjetivos das relações de gênero. Antes de apresentar o resultado de sua análise, a autora tece críticas à abordagem feminista da violência que pressupunha a mulher numa condição estática perante a dominação masculina. O problema dessa visão seria sua postura determinista que analisa a violência nas relações de gênero como simples consequência de uma ordem normativa vigente, não dando atenção para o modo como as mulheres se constroem enquanto sujeitos ativos no contexto dos conflitos de que fazem parte.

Gregori entende que as perspectivas que trabalham assumindo as estruturas de poder da dominação masculina como determinantes acabam por dicotomizar mulheres e homens nas posições de “vítima” e “agressor”, respectivamente. Análises que partem desse princípio estariam naturalizando o estereótipo da passividade feminina, sem apreender o que há de subjetivo e ambíguo constituindo as relações de gênero: “Estudos do feminismo brasileiro generalizam comportamentos, expectativas e padrões morais, negligenciando diversidades e nuances da violência conjugal” (GREGORI, 1993).

Em suas conclusões sobre o material etnográfico a autora percebe que os próprios discursos e representações das mulheres sobre o cenário de violência reproduzem uma lógica vitimizante que, por sua vez, contribui para a construção de si como um não sujeito. O caráter de cumplicidade nas situações violentas em que estão envolvidas adviria da vivência de uma representação aprisionadora que dificulta o potencial de as mulheres agirem como sujeitos autônomos.

O processo de sensibilização nas esferas estatais

As lutas da militância feminista por maior atenção à questão da “violência contra mulheres” por parte do poder público se iniciaram paralelamente à construção dos debates acadêmicos que visibilizavam a questão como fenômeno social. Machado (2004) afirma que a violência sempre foi um tema articulador e o grande agregador no que se refere às reivindicações feministas no Brasil, até mais do que questões relativas aos direitos civis e à liberdade sexual. É importante ressaltar que as estratégias de ação política do feminismo entre as décadas de 70 e 80 alinharam-se às perspectivas que percebiam a violência contra mulheres como consequência de um sistema de dominação masculina.

A primeira iniciativa de atenção a mulheres que vivenciaram violência partiu da própria organização de grupos feministas (DEBERT e GREGORI, 2008). O chamado SOS Mulher caracterizava-se como uma entidade de acolhimento e encaminhamento, cujo intuito maior era conscientizar as mulheres atendidas sobre as condições de opressão em que viviam e que favoreciam a situação de violência. Fundado primeiramente na cidade de São Paulo, em 1980, a instituição exerceu suas atividades também em outras cidades brasileiras.

Entretanto, não havia ainda a elaboração de nenhuma política pública ou espaço institucional do Estado que lidasse com o problema de forma especializada, considerando a opressão e a desigualdade de gênero sofridas por mulheres. Somente em 1985 é criada a primeira DDM – Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo. Fruto de reivindicação do movimento feminista e instituído por iniciativa do Conselho Estadual da Condição Feminina, tinham a concepção de oferecer atendimento diferenciado às mulheres em situação de violência. A exigência era de que além de uma composição profissional formada por mulheres, estas também passassem por capacitação necessária e adequada a casos de violência de gênero.

Como ressaltava Izumino (2004), à medida que proliferavam por cidades brasileiras, essas delegacias auxiliavam na visibilidade social das formas de violência sofridas por mulheres. O aumento do número de denúncias de violência doméstica e conjugal foi significativo e de extrema importância para que os órgãos de segurança pública produzissem estatísticas e adquirissem mais conhecimento sobre aspectos e condições que propiciam os conflitos. Por outro lado, a falta de dispositivos legais que contemplasse agressões às mulheres como uma questão especial facilitava que os casos de violência doméstica e conjugal envolvendo mulheres não fossem entendidos como “violência de gênero” nessas

delegacias. Assim, as queixas das mulheres que chegavam às delegacias eram classificadas em tipos penais variados, dependendo fortemente da interpretação das agentes policiais nas delegacias especializadas. Somando a esse problema o fato de que nem sempre as mulheres chegavam a essas delegacias como porta de entrada (mas a delegacias comuns) e uma cultura jurídica que, até então, não se constituía para lidar com os conflitos para além da ótica criminalista da segurança pública (IZUMINO, 2004; DEBERT e GREGORI, 2008) percebe-se que a única política pública do Estado brasileiro de atenção à violência de gênero expunha insuficiência em suas condições para administrar tais conflitos.

Já na década de 1990, são criados os Juizados Especiais Criminais (JECrim), medida adotada num contexto de reforma do Judiciário brasileiro, cuja implantação visava descriminalizar delitos considerados como de “menor potencial ofensivo” (na época de sua criação, tais crimes eram aqueles que recebiam pena de até 1 ano de prisão, de acordo com o código penal). Ocorreu que a maioria dos crimes de violência doméstica e conjugal registrados nas delegacias especializadas acabou por entrar nessa classificação, gerando muitas controvérsias a respeito do modo como os conflitos de gênero deveriam ser tratados pela Justiça Criminal, como aponta Izumino (2004).

A iniciativa dos JECrim ancorava-se no princípio de celeridade processual, no intuito de desafogar o trabalho do Judiciário através da redução do grande número de processos de varas cíveis e criminais. No que tange à descriminalização, os juizados colocavam em prática penas alternativas à reclusão dos acusados nos processos. Essas medidas consistiam basicamente na prestação de serviços comunitários ou pagamento de cestas básicas.

Em artigo que descreve sua pesquisa com esses juizados, Amorim (2008) evidencia a lógica presente na instituição das penas alternativas de não buscar reparação para as requerentes dos processos, mas de beneficiar terceiros. Em poucos anos já eram grandes as críticas à lei, principalmente do movimento feminista, que a enxergava como um retrocesso no combate e atenção à violência de gênero. A recorrente impunibilidade de crimes contra mulheres era percebida como consequência de uma lei que não foi pensada com o objetivo de melhor lidar com conflitos conjugais e domésticos, muito menos considerava as desigualdades de gênero.

Aliada a essa falta de uma legislação que tratasse e tipificasse violência contra mulheres, sobretudo em âmbito doméstico, conjugal e familiar, a cultura jurídica brasileira dos operadores do Direito (juízes, promotores e defensores) de insensibilidade às demandas feministas acabava por não lidar de forma satisfatória com os conflitos instaurados. Segundo

suas conclusões ao analisar as entrevistas que realizou com mulheres requerentes dos processos abrangidos pela lei 9099/95, Amorim afirma:

Para as vítimas da violência, entretanto, o aumento da judicialização do conflito vivido em suas vidas cotidianas – mesmo na vigência da Lei 9.099/95, considerado por operadores que lidavam com o conflito entre casais, como “bagatela” ou como “feijoadá” – e, a ampliação da possibilidade de ter acesso à justiça para levar seu problema à esfera judicial, pouco adiantaram. Para elas, tudo continuava na mesma, uma vez que os Juizados Criminais, sem administrar tais conflitos de modo apropriado, devolviam a violência familiar para as próprias partes, vítimas e agressores. (AMORIM, 2008)

A desqualificação da violência em âmbito íntimo e doméstico por parte de agentes das instituições da Justiça Criminal foi também analisada por Carrara, Vianna e Enne, em pesquisa que discute a influência da percepção dos operadores do Direito nos rumos dos processos provenientes das DEAM do Rio de Janeiro. Realizada na década de 1990, a pesquisa explora a ideia de que constantemente os casos da violência em questão são entendidos como uma série de casos particulares em que a pacificação das relações familiares e conjugais é uma espécie de objetivo a ser alcançado. As queixas e acusações não eram vistas dentro de um contexto de desigualdades de gênero, ou seja, como expressão de um fenômeno social complexo, mas como uma variedade de situações isoladas em que a harmonia familiar estava ou esteve ameaçada. Dessa forma, as ações violentas eram percebidas através de uma moralidade em que conflitos de ordem íntima e/ou familiar não configuram crimes nem ofensas com elevada gravidade:

De fato, os promotores agem como se relutassem em reconhecer que a justiça é a instância adequada para lidar com os casos de violência doméstica ou conjugal. Ao que parece, para alguns promotores, haveria sempre um nível aceitável de violência nas relações domésticas e, se consideramos o fato que tal violência vitima, sobretudo, mulheres, talvez não seja mesmo absurdo concluir que haveria, para eles, sempre um nível aceitável de violência contra as mulheres. Em alguns momentos, eles chegam mesmo a explicitar que, do seu ponto de vista, muitos dos casos que têm em mãos nunca deveriam ter saído da esfera da vida privada. (CARRARA, VIANNA E ENNE, 2000)

Entendo que a lei 9099/95 não deve ser analisada como instrumento jurídico responsável pela lógica familista (DEBERT, 2007) e pacificadora, que operou fortemente nos trabalhos dos JECrim à época em que estes abarcavam os processos judiciais da maioria dos casos de violência doméstica, conjugal e familiar. Porém, utilizar essa legislação de modo que tais conflitos pudessem ser enquadrados como “de menor potencial ofensivo”

tornou-se um fator que corroborou com essa perspectiva historicamente presente na cultura jurídica brasileira. Ao disponibilizar um espaço judicial específico para determinados tipos de conflitos, cujos tratamentos devessem ser pautados pela lógica da descriminalização e desinstitucionalização, a lei 9099/95 reforçou a inoperância estatal para administrar os conflitos como situações violentas que apontam para um problema de ordem pública.

Evidenciando outros aspectos nas possibilidades que se abriram com o surgimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e dos Juizados Especiais Criminais, Izumino (2004) indica que tais espaços assumem significados para o empoderamento de mulheres em situação de violência. Através de pesquisa realizada entre 1996 e 1999 sobre a aplicação da lei dos JECrim, a socióloga discorda da crítica corrente no campo acadêmico e no movimento feminista de que a lei representou um desfavorecimento às mulheres no acesso à justiça. Sua tese não debate as representações sobre as queixas e os conflitos de violência de gênero presentes nos discursos dos operadores do Direito nos juizados em que fez a pesquisa, mas ressalta o importante dado empírico do aumento nos números de queixas e processos judiciais no período de implantação dos juizados especiais criminais. Esse crescimento representaria o reconhecimento desses espaços institucionais pelas próprias mulheres como instrumento que viabilizava uma postura ativa das mesmas nos conflitos em âmbito íntimo e doméstico.

Dessa forma, Izumino refuta a relevância das perspectivas que pensam as relações e a violência de gênero como inseridas em um sistema de dominação-submissão, pois entende que as mulheres se apropriam dos instrumentos oferecidos pelo Estado com o objetivo de exercer poder na relação em que sofreram violência. Esses espaços institucionais tornaram-se, então, uma via a que recorrem mulheres que visam se colocar como sujeitos nos conflitos em que estão. A conclusão de Izumino é de que delegacias especializadas e JECrim representaram um maior acesso à Justiça e uma importante contribuição para que a violência de gênero nas relações íntimas não se reproduzisse simplesmente como um conflito privatizado, apesar da serem esferas cujos papéis eram insuficientes para promoção de direitos às mulheres.

A instituição de políticas públicas voltadas à “violência contra mulheres”

A consolidação de instrumentos legais e institucionais que trouxeram um novo tratamento às relações violentas em contextos domésticos, intrafamiliares e conjugais

ocorreram através de um amplo processo político em que a percepção das desigualdades de gênero ganha força e sentido como uma noção fundamental para se pensar novas estratégias de construção da cidadania e a efetivação dos direitos humanos. A influência do feminismo como perspectiva e movimento social foi edificante no processo histórico que tornou as esferas públicas mais sensíveis à questão de gênero, entretanto, apenas na década de 2000 sua luta em favor da cidadania às mulheres ganha destaque nas ações do Poder Público.

Sabe-se que a relevância política de organismos e conferências internacionais foi um fator de influência na construção dos novos tratamentos dados à violência de gênero. De forma generalizada, as discussões e orientações concretas que pautaram o caráter dos instrumentos internacionais não se referiam especificamente à questão da violência doméstica ou conjugal, mas pensavam o contexto como um fenômeno social de “violência contra a mulher”. A Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, realizada pela OEA, em 1994, pode ser considerada o grande exemplo de instrumento orientador de políticas públicas acerca da violência de gênero no âmbito do Direito internacional. Particularmente, por trazer uma definição da “violência contra a mulher” e pela importância de ter o Estado brasileiro como signatário. A também chamada “Convenção de Belém do Pará” foi o tratado que fundamentou as críticas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no sentido de que o Brasil não estava seguindo as orientações firmadas.

Aliada à pressão internacional, que teve no caso da cearense Maria da Penha um símbolo para o discurso de ineficiência do Estado brasileiro no enfrentamento da questão, o início do Governo Lula elevou a novo patamar as políticas de Estado a respeito das mulheres. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, já em 2003, evidenciava uma considerável sensibilidade às demandas feministas e significou avanços para a problematização das desigualdades de gênero nas políticas públicas. No ano posterior realizou-se, então, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O tema da violência de gênero constituiu-se como uma das discussões centrais nesse processo, o que resultou na sua inclusão como um dos eixos de políticas governamentais do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). O contexto específico de que trata o Plano é o da violência doméstica e familiar e, dentre seus objetivos, estava o de revisar a legislação brasileira acerca dessa questão.

Dessa forma, a elaboração de um documento que tratava a desigualdade de gênero e o problema da violência nesse contexto como matéria de uma política pública sistematizada,

com uma série de objetivos e orientações, foi determinante para o surgimento de novos dispositivos legais sobre as temáticas. A Lei Maria da Penha (11.340/06), nesse sentido, pode ser considerada o grande instrumento de intervenção estatal nos conflitos domésticos e conjugais. Fruto também das críticas que a Lei 9099/95 recebeu por sua ineficiência em lidar com a violência de gênero, a nova legislação surgiu com o objetivo de lidar com a questão de gênero em situações de violência no contexto das relações íntimas. Em consonância com a definição das convenções internacionais, a noção utilizada na lei foi a de “violência doméstica e familiar contra a mulher”, o que ressalta a intenção de proteger as mulheres no contexto da violência de gênero.

Para além da preocupação em reforçar o caráter público das situações violentas envolvendo mulheres, a Lei Maria da Penha tornou-se objeto de amplo destaque no campo jurídico pela criminalização dos atos violentos cometidos contra mulheres, compreensão absolutamente incomum na perspectiva bastante acionada que entendia tais conflitos como “crimes de bagatela” (Carrara, 2000). Prevendo penas de três meses a três anos de detenção, a lei 11.340/06 tipifica as formas de violência, salientando as vertentes psicológica, patrimonial, moral, física e sexual. Dessa forma, os conflitos que envolviam acusações de injúria, ameaça e lesão corporal, bastante comuns nos casos de violência doméstica, passam a receber tratamento jurídico diferente do que recebiam quando abarcados pela lei 9099/95.

Entretanto, é possível que os maiores ganhos provenientes da Lei Maria da Penha sejam aqueles relacionados à instituição de espaços judiciais específicos e ao oferecimento de assistência às mulheres. As grandes estratégias de atenção e de enfrentamento ao fenômeno presentes dos dispositivos da legislação visam garantir as condições para que as mulheres sejam vistas pelo Poder Público como sujeito de direitos dentro dos conflitos. A criação de juizados específicos para a “violência doméstica e familiar contra a mulher” foi importante no sentido de tentar lidar com os conflitos de gênero sem diluí-los em uma simples questão de conciliação de problemas familiares. No âmbito da assistência, há artigos específicos que pensam o amparo necessário às mulheres em situação de violência.

Permeando questões como o asseguramento de medidas protetivas e os atendimentos multidisciplinares, percebemos que transparece na legislação a perspectiva que entende como necessário o envolvimento de uma série de serviços e instituições do Estado para garantir maiores condições de empoderamento às mulheres. No intuito, portanto, de propiciar que as requerentes não vivenciem de maneira estática uma condição de vítima, a lei 11.340/06 dispõe sobre a promoção de ações integradas entre diversas esferas do Poder

Público. Serviços governamentais nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social devem ser articulados com o aparato da Justiça Criminal e o Ministério Público na busca por atendimento plural às mulheres, demonstrando uma percepção de que a não garantia de certos direitos civis e sociais perpassam os conflitos violentos e dificultam o processo de autonomização das mulheres.

A noção de “redes” nas políticas de atenção aos conflitos

Oriunda de seu estabelecimento como um dos eixos do I PNPM, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres debate e argumenta acerca dos propósitos da Lei Maria da Penha e da questão do “enfrentamento” às formas de violência. Segundo essa política nacional, o conceito em aspas refere-se a um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas de maneira articulada entre os variados serviços públicos de atendimento, não apenas para fazer cumprir o caráter punitivo da lei, mas para construir formas de prevenção e de promoção de direitos. A partir do entendimento de que o Estado se configura de modo fragmentado e desarticulado em suas atribuições, a política nacional traz a preocupação de conceituar as “redes de atendimento”:

O conceito de Rede de atendimento refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. A constituição da rede de atendimento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a cultura, entre outras. (Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, SPM, 2011: 29)

Destaca-se na perspectiva dessa formação de “redes de atendimento” a relevância que estas podem vir a ter no estímulo de que mulheres em situação de violência recorram ao Poder Público para administrar os conflitos e no distanciamento de um processo de revitimização, consequência das trajetórias que muitas das mulheres fazem entre serviços estatais sem encontrar uma solução adequada para suas queixas e demandas. Além disso, a questão da “intersectorialidade” (MAGALHÃES, 2004) e da “transversalidade de gênero” (BANDEIRA, 2005) nas políticas públicas são fundamentos orientadores da construção de estratégias pelas redes de atendimento. O primeiro conceito faz referência à necessidade de

alinhar projetos e ações que lidam com um mesmo problema público, de forma que responsabilidades sejam compartilhadas e haja participação de múltiplos atores no planejamento da política pública. O segundo trata da importância de haver fundamentos que impliquem o combate às desigualdades de gênero na construção das ações governamentais.

Nesse sentido, em documento publicado pela SPM², Bandeira (2005) defende que a “responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo” acarretaria em integralidade das ações entre distintos serviços e instituições a fim de promover cidadania às mulheres.

Carreira e Pandjijarjian (2003) possuem um entendimento de que as articulações necessárias para o enfrentamento à violência de gênero ocorrem em nível primário e secundário, estabelecendo uma distinção em nível e caráter dessas redes sociais. Em documento que objetiva ser um guia de apoio à construção de redes no enfrentamento à violência contra mulheres³, as autoras discorrem sobre a diferenciação.

A “rede primária” seria o conjunto de relações pessoais dos indivíduos em situação de violência, importante pelos diversos tipos de apoio (emocional, material, social, etc.) que as relações de mais intimidade permitem. A “rede secundária” seria aquela formada por indivíduos e instituições que possuem condições diferenciadas de apoio, pois podem agir através de ações especializadas para a promoção de direitos das pessoas envolvidas nos conflitos. Esse segundo nível teria competência para estabelecer uma “rede de serviços”, caracterizada pela atuação articulada de instituições de modo independente de indivíduos específicos, no sentido de fornecer uma melhor qualidade aos atendimentos e encaminhamentos realizados pelas mesmas.

Ressalto que, na compreensão das autoras, o caráter de complementaridade e de horizontalidade na construção dessa atuação articulada é fundamental para a configuração de uma rede enquanto modelo ideal. A centralização política das decisões e a circulação de informações apenas num sentido vertical de poder, por outro lado, caracterizaria um “modelo piramidal”, fundado nas hierarquias profissionais e institucionais estabelecidas.

Entretanto, ponderam que as redes comumente se constituem de forma híbrida, com características de ambos os modelos. Nesse sentido, as naturezas dos agentes envolvidos e os objetivos com a formação da rede influenciam sua configuração e dinâmica.

² Ver BANDEIRA, Lourdes. “Fortalecendo a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Avançando na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas”. Convênio CEPAL/SPM. Brasília: janeiro 2005.

³ Ver CARREIRA, Denise e PANDJIJARIAN, Valéria. “Vem Pra Roda! Vem Pra Rede! Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher”. São Paulo: Rede Mulher de Educação. 2003.

Concebendo as redes como “estruturas dinâmicas e flexíveis, que exigem uma postura ativa dos indivíduos”, as autoras desse guia propõem a construção de uma “rede de serviços” como experiência formal, em que haja um sentido compartilhado que oriente as ações dos atores participantes. Pressupõe-se, assim, que a não formalização das articulações e parcerias entre serviços (sejam estes governamentais ou não) implica um baixo potencial de se atingir o modelo ideal de rede. A questão não é muito problematizada, porém entendo haver uma diferenciação implícita no trabalho das autoras entre formações mais espontâneas (não sistemáticas) de rede e a promoção de um conjunto de articulações pensado e discutido num processo contínuo e dinâmico. Neste último caso, estabelecer planos de metas e elaborar estratégia de ação na rede seriam iniciativas possíveis e mais eficientes no enfrentamento à violência de gênero.

Considerando o contexto atual que os tratamentos dos conflitos em questão recebem pelas instituições do Poder Público, entendo que a natureza jurídica do principal instrumento de sensibilização a esses conflitos – a Lei Maria da Penha – acarretou uma aproximação entre as esferas governamentais e o Poder Judiciário, bem como uma maior visibilização deste como agente de “enfrentamento” ao fenômeno da violência de gênero. Exigindo ações de combate, proteção e prevenção aos casos de violência, é evidente que a aplicação da lei não dependerá apenas dos esforços da Justiça, mas de todo um aparato de serviços estatais.

A compreensão do fenômeno presente na lei não pressupõe que a criminalização da violência doméstica e familiar que atinge mulheres seja a principal saída para a resolução desses conflitos, embora a criação de juizados criminais específicos indique que os espaços judiciais surgidos com a lei 9099/95 eram, em parte, responsáveis pela reprodução de uma sensação de impunidade e de inadequação nas reparações. Os novos juizados representam uma tentativa de oferecer melhores condições para a proteção dos direitos das requerentes e são canais para ampliação da trajetória que as partes podem fazer pela rede de serviços.

A partir da judicialização dos conflitos, os operados do Direito podem realizar encaminhamentos para outras entidades no sentido de oferecer outras possibilidades no tratamento do conflito. Sendo assim, mesmo não sendo o único âmbito do Poder Público responsável pela aplicação da lei 11340/06, o aparato institucional e profissional da Justiça possui grande valor no processo de construção de um trabalho em rede. Entendo que, após a instituição da lei, a interlocução do Judiciário com os organismos de atenção à violência de gênero pôde ganhar novos sentidos e ter redimensionadas suas discussões e dilemas acerca do tratamento dado aos conflitos e aos sujeitos que os compõem.

Redes de serviços: articulações institucionais em um campo estatal

Levando em conta o contexto de recentes mudanças pelas quais passou o processo de institucionalização da violência de gênero nas esferas estatais, pode-se afirmar que as relações estabelecidas entre as entidades da justiça criminal e os serviços governamentais especializados se caracterizam como uma relevante dimensão de atenção a esses conflitos, pois o trabalho coletivo dessas redes de atenção ao problema tem capacidade para tornar mais efetivos ou mesmo prejudicar o atendimento integral às pessoas envolvidas nos conflitos. Todavia, é imprescindível ressaltar que perspectivas diferentes (e divergentes) sobre a dinâmica da violência de gênero e a forma de tratamento dos conflitos coexistem no olhar e na prática dos agentes que compõem os serviços e instituições do Poder Público.

Nesse contexto de distintos discursos sobre a aplicação da Lei Maria da Penha e, de modo geral, de atenção aos conflitos de gênero, as “redes de atendimento” podem ser entendidas não apenas como conjuntos de articulações. A heterogeneidade de atores em um espaço hierarquizado de profissões e instituições que são os serviços estatais permite pensar a realidade das “redes” a partir da noção de “campo” difundida por Bourdieu (1983). O uso desse conceito pressupõe que a circulação de valores, normas e saberes ocorre dentro de um espaço estruturado de posições e papéis assumidos pelos sujeitos desse campo.

De modo mais específico em relação aos agentes do Estado, Sinhoretto (2010) trabalha com a noção de “campo estatal de administração de conflitos”. A partir do entendimento que faz das limitações trazidas pela noção de “Estado” e de “campo jurídico”, a autora defende que a utilização do conceito proposto possibilita considerar analiticamente uma maior diversidade de práticas de administração de conflitos e seus diferentes efeitos. Nesse sentido, afirma:

A análise do campo estatal de administração de conflitos privilegia os papéis e as posições assumidos nos rituais pelos agentes estatais e seus representantes, e pelas partes em conflito, buscando compreender as relações estabelecidas entre eles, as equidades e as hierarquias produzidas, a produção e a circulação de verdades, a negociação dos significados de leis, normas, valores e direitos. (...) A ideia de um campo estatal é contraposta à noção de Estado como organização homogênea por se basear na constatação de que diferentes instituições estatais agem na administração de conflitos, e que cada uma delas o faz segundo suas lógicas e rituais, produzindo muitas vezes efeitos de equidade e hierarquização muito diferentes entre si. (SINHORETTO, 2010)

Percebe-se, portanto, a necessidade de salientar, para além dos rituais e discursos formais dos operadores do Direito, a existência de outros agentes e modalidades no contexto da resolução dos conflitos, devendo-se perceber essa pluralidade de atores não simplesmente como um conjunto de variadas iniciativas, mas como uma dimensão do “campo” em que estão presentes antagonismos e relações hierarquizadas na produção dos discursos. Os efeitos dessa dinâmica política dentro do campo são problematizados por Sinhoretto quando a autora argumenta que diferentes espécies de conflitos e que envolvem distintos grupos de sujeitos alcançam níveis díspares de atenção, tratamento formal e asseguramento dos direitos por parte dos atores estatais. Os próprios conflitos que recebem, geralmente, um tratamento informal por parte dos poderes públicos compõem a estrutura desse campo, pois problematizam princípios, valores e rituais relevantes para o contexto do mesmo.

Quando observamos a história dos tratamentos oferecidos aos conflitos domésticos e de gênero, percebemos que os procedimentos e moralidades predominantes sobre essas formas de violência sofreram e ainda sofrem um processo de ressignificação e de valoração na escala das formas de atenção no campo estatal de administração de conflitos. A temática da violência doméstica, inclusive, não está presente apenas nos discursos e práticas deste campo, mas no campo de políticas públicas para as mulheres. Este espaço político deve ser pensado considerando-se a relevância histórica dos movimentos sociais e do campo acadêmico, ambos permeados pelas críticas feministas, na produção dos saberes e das técnicas referentes à atenção de mulheres em situação de violência.

Sendo assim, entendo que as redes de agentes institucionais e suas possibilidades de articulação com entidades e coletivos não governamentais formam um contexto relevante para a produção acadêmica sobre o fenômeno da violência doméstica, familiar e de gênero, tanto pelas reflexões que focalizam a eficiência dessas redes para um tratamento mais justo e eficaz dos conflitos, como pela problematização das redes como realidades que envolvem diferentes campos de poder na produção dos discursos que operam (e imperam) nas práticas de atenção ao problema.

O contexto de atenção à “violência contra mulheres” no DF

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres anunciado em 2007 pela SPM se estabeleceu como uma estratégia para o cumprimento da política nacional por parte dos governos estaduais. Visando fornecer melhores condições para a aplicabilidade

da Lei 11.340/06 e para o fortalecimento da “rede de atendimento à mulher em situação de violência”, a iniciativa prevê o repasse de verba do Governo Federal para os estados promoverem a necessária adequação de sua infraestrutura. É fundamental, assim, ressaltar algumas especificidades do DF no que tange à estrutura institucional nesse contexto de sensibilização das esferas estatais à violência de gênero.

A Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SEM/DF) surgiu apenas em 2011, com a transição governamental pós-período eleitoral. Antes disso, as políticas públicas para mulheres eram tratadas em uma coordenadoria específica no âmbito da Secretaria de Justiça (SEJUS/DF). Segundo texto oficial dentro do sítio de internet da SEM/DF, a criação da secretaria é “fruto da demanda do movimento feminista e do movimento social organizado”. Não cabe aqui discutir a afirmação sobre o contexto que motivou seu surgimento, mas é válido salientar que o projeto de uma secretaria da mulher está em consonância com a política de âmbito nacional do Partido dos Trabalhadores, que assumiu o GDF em 2011. Dentro da recente pasta, tem-se a Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, responsável por desenvolver e implantar programas voltados ao tema, de maneira direta ou em parceria com outras instituições. O conjunto de serviços da própria secretaria conta com o Disque Direitos Humanos da Mulher (canal telefônico), o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), a Casa Abrigo e os Núcleos de Atendimento à Famílias e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD). A criação dos dois primeiros serviços citados somente ocorreu após o surgimento da SEM/DF, o que evidencia a relevância política desse órgão no desenvolvimento da infraestrutura necessária para o “enfrentamento” à violência de gênero no Distrito Federal.

Na esfera do Sistema de Justiça Criminal várias medidas foram tomadas no sentido de garantir aplicação da Lei Maria da Penha. Além de haver uma delegacia especializada (DEAM), todas as delegacias circunscriçionais das regiões administrativas implantaram uma seção de atendimento às mulheres, no intuito de ofertar ao público um atendimento diferenciado nas queixas ligadas à violência de gênero. Promotorias de justiça especializadas nos conflitos da lei 11.340/06 fazem parte da estrutura do Ministério Público local (MPDFT), estando presentes em várias das regiões administrativas. Dentro do Tribunal de Justiça (TJDFT), serviços de atendimento a conflitos domésticos e familiares foram criados para auxiliar o trabalho dos juizados especiais, que hoje se encontram em doze, totalizando 22% de todos os juizados do país.

Percebemos no Distrito Federal, portanto, um contexto de favorecimento ao trabalho das “redes de serviços/de atendimento” na atenção aos conflitos de gênero e, especialmente, à judicialização dos casos. A multiplicidade de atores estatais voltados à questão garante, no mínimo, grande potencial de atender aos princípios da Lei Maria da Penha. Proponho analisar neste trabalho de monografia a forma com que as interações e os discursos presentes no contexto etnográfico contribuem para a formação dessa “rede”, passando pelo modo como as ações do Judiciário influenciam em seu processo de constituição como coletivo institucional. Há a preocupação, dessa forma, em analisar em que medida a Rede Social de Proteção à Mulher se configura como uma dimensão de distintos campos sociais. Essa dimensão é um dos pontos destacados, pois entendo que as práticas discursivas são um potencial fator de aproximação ou afastamento nas relações dos sujeitos que formam o campo, bem como motivam o exercício de poder que promove as assimetrias marcantes na constituição do mesmo.

CAPÍTULO 2

O TRABALHO EM REDE: UMA EXPERIÊNCIA DE ATENÇÃO AOS CONFLITOS ABARCADOS PELA LEI MARIA DA PENHA

Considerações sobre minha inserção no campo etnográfico

O interesse pela temática das articulações institucionais na atenção aos conflitos em contexto íntimo e doméstico advém de uma experiência anterior de pesquisa no contexto de minha trajetória acadêmica. No ano de 2012, como discente integrante do Laboratório “Gênero, Política Social e Serviços Sociais” (GENPOSS), um grupo de pesquisa e extensão ligado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, fiz parte da equipe de pesquisa que acompanhava o trabalho de articulação entre instituições governamentais e não governamentais da Ceilândia. A preocupação da pesquisa era a de realizar um mapeamento dos atores e atividades dessas redes, onde muitos lidavam diretamente com a violência doméstica. Através dessa experiência, pude conhecer uma série de serviços que trabalham na atenção aos conflitos abarcados pela Lei Maria da Penha.

À época que estava envolvido nesse trabalho, decidi também participar de outra pesquisa, dessa vez no âmbito do Departamento de Antropologia. Minha inserção como pesquisador no projeto “Justiça, reparação e violência doméstica: perspectivas para reflexão e ação”, coordenado pelo professor Daniel Simião, possibilitou-me conhecer as atividades do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Núcleo Bandeirante, região administrativa do Distrito Federal. O campo etnográfico, nessa oportunidade, foi realizado acompanhando os atendimentos a litigantes por uma equipe multidisciplinar do juizado. Essa equipe realizava atendimentos anteriores às audiências de instrução, sendo um importante serviço de atenção aos conflitos de Lei Maria da Penha.

Através do contato com membros dessa equipe, descobri haver uma articulação em rede de serviços governamentais do Núcleo Bandeirante. Uma das profissionais da equipe, a psicóloga Cristiane, comentou comigo sobre a existência de reuniões periódicas que eram realizadas no intuito de aproximar atores institucionais cujos trabalhos eram perpassados pela temática da violência doméstica e familiar. Fui informado de que essas reuniões ocorriam uma vez ao mês e contavam com apresentações sobre as entidades participantes,

fazendo com que os profissionais presentes pudessem conhecer melhor o trabalho realizado por outros órgãos e serviços, no que foi chamado pela servidora do juizado de *trabalho em rede*.

Havia, portanto, uma série de atores estatais interessados em desenvolver formas e capacidades de atenção aos conflitos em questão. Perceber que, a princípio, aquela era uma tentativa de colocar em prática as orientações da Lei Maria da Penha, me motivou a querer conhecer mais detalhadamente as atividades e relações institucionais dessa rede de serviços.

Particularmente, o fato de o Poder Judiciário se fazer representado nesse tipo de experiência coletiva fez-me refletir sobre o potencial de influência que essa dimensão estatal poderia ter naquele contexto. Como a violência de gênero alçou ainda mais visibilidade social pela reelaboração dos termos de sua judicialização, o trabalho do Judiciário obteve um significado político ainda maior no contexto da política de “enfrentamento” à violência contra mulheres. Minha decisão em fazer da rede de serviços do Núcleo Bandeirante meu contexto etnográfico ocorreu, assim, pelo interesse em compreender as particularidades da constituição de uma rede de atores institucionais onde o Judiciário era um poder público presente.

A criação do Centro Judiciário da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do DF (CJM/TJDFT), em setembro de 2012, foi um aspecto importante nesse sentido. Localizado justamente no Fórum do Núcleo Bandeirante e coordenado pelo juiz titular do juizado de violência doméstica, Ben Hur Viza, esse centro foi apresentado como uma referência de atuação para a administração de conflitos nos casos de Lei Maria da Penha. A implantação de um centro como esse reforça a ideia de que a judicialização está no cerne do tratamento aos conflitos domésticos e familiares e demanda reflexão sobre as possibilidades de centralização política no contexto de uma articulação em rede dos serviços estatais. Minhas impressões sobre o CJM aparecerão posteriormente neste trabalho, quando discutirei a atuação dos seus profissionais nos trabalhos da *rede*.

No que se refere aos métodos de pesquisa adotados no campo etnográfico, tive como principal estratégia a realização de observações diretas acompanhando as reuniões entre os profissionais que compunham a rede de serviços. Esses encontros institucionais ocorriam mensalmente, sempre em uma sexta-feira pela tarde. De novembro de 2012 a abril de 2013 acompanhei quatro reuniões. Essa dimensão do *trabalho em rede* se fazia fundamental nas análises, pois era o único contexto de interação entre meus interlocutores a que eu teria acesso. Como meu objetivo não é o de detalhar a fundo as características do trabalho de cada

instituição que conheci, mas o de compreender as dinâmicas de articulação que constituem a *rede*, as reuniões seriam o melhor espaço para analisar os significados presentes nos discursos de uma variedade de profissionais (operadores do Direito, assistentes sociais, psicólogas, coordenadores dos serviços governamentais, etc.) que lidam institucionalmente com a violência de gênero.

Por outro lado, estabeleci também a necessidade de realizar entrevistas de roteiro semiestruturado. Pelo número não muito grande de reuniões assistidas e pelo intervalo relativamente longo entre esses encontros, fez-se de suma importância ter um material etnográfico mais direcionado aos meus interesses de pesquisa, no sentido de poder levantar detalhes referentes às percepções dos meus interlocutores sobre os trabalhos da *rede* na atenção à violência doméstica. Entretanto, eu deveria estabelecer alguns critérios de prioridade e relevância na escolha dos profissionais com quem eu realizaria as entrevistas.

Tive que aceitar o fato de que seria impossível realizar entrevistas com todas as pessoas ou, ao menos, um membro de cada instituição que compusesse a *rede*. O número de serviços distintos com que tive contato certamente ultrapassava a marca de vinte. Além disso, era comum aparecer profissionais de instituições que estavam sendo representadas pela primeira vez em uma reunião, o que de alguma forma, fazia a *rede* sempre “agregar” novos membros. Em um trabalho de conclusão de curso, eu não teria tempo hábil de analisar e sistematizar uma quantidade tão grande de dados etnográficos.

Sendo assim, entendi que era fundamental entrevistar os profissionais que estivessem em serviços públicos voltados para o atendimento a conflitos domésticos e familiares. Dessa forma, haveria foco nos discursos de sujeitos com mais propriedade de fala sobre o tema, visto que os conflitos são matéria de sua prática profissional. Tive contato, por exemplo, com entidades que eram representadas nas reuniões, mas que não eram especializadas nessa questão. Serviços governamentais da área de saúde, da assistência social e as ONGs faziam parte desse grupo, pois no contexto da articulação em rede a que tive acesso, estes não tinham o atendimento às situações de violência como finalidade. A partir desse critério norteador, fui entrando em contato com instituições de acordo com aspectos mais subjetivos da experiência etnográfica, como a proximidade maior com alguns interlocutores e a questão geográfica (se o profissional atuava atendendo a demanda do Núcleo Bandeirante e regiões próximas, por exemplo).

Dessa forma, foram realizadas entrevistas com profissionais provenientes de distintos serviços públicos, dentre eles servidores do Tribunal de Justiça, da Secretaria de Estado da

Mulher, da Secretaria de Justiça, do Ministério Público e uma professora universitária. No total, dez profissionais de instituições presentes na *rede* participaram dessa etapa do trabalho de campo, que ocorreu durante os meses de março e abril de 2013.

A formação da *rede*

A noção de “rede”, apesar de amplamente difundida nas políticas de proteção às mulheres, será utilizada por várias vezes aqui enquanto uma categoria do discurso nativo sobre essa espécie de trabalho e interação. É necessário esse destaque a fim de não naturalizar o entendimento feito sobre esse conceito e nem assumir que o uso do termo pelos meus interlocutores de campo se refira exatamente à concepção das políticas de enfrentamento à violência de gênero. Em alguns momentos, a variação “trabalho em/de rede” também será utilizada nesse sentido⁴.

Nesse sentido, talvez a primeira reflexão feita por mim ao longo do trabalho de campo tenha sido sobre a necessidade de diferenciação entre a *rede* a que me propus acompanhar e analisar e a existência de articulações em rede variadas, presentes no trabalho de muitas instituições com que tive contato. Quando eu recebia a informação, por exemplo, de algum(a) profissional de que seu serviço realizava *trabalho em rede*, era preciso especificar a que conjunto de articulações meu interlocutor se referia e em que sentido essa noção era usada. De certa forma, todo tipo de instituição possui a sua “própria rede”, no sentido de haver contatos e trabalhos de parceria próprios de cada entidade. Sendo assim, seria imprudente assumir que o conjunto de serviços que se articulavam em torno da questão da violência doméstica fosse a única rede conhecida por aqueles profissionais.

Fazer parte de redes de serviços também pode ser algo quase inerente à existência de certas entidades, considerando uma noção de “rede” de forma mais elementar, como simplesmente um conjunto de instituições. Durante uma de minhas entrevistas, percebi esse entendimento de forma bastante evidente na fala de uma psicóloga do Tribunal de Justiça, quando afirmou:

A gente começa a fazer parte da rede quando a gente faz parte de um trabalho, estar na instituição já é estar numa rede (...) Eu parto do pressuposto que a rede sempre existe, a questão é se ela está articulada ou desarticulada.

⁴ A noção de “rede” e suas variações correlatas serão postas em itálico quando forem acionadas como categorias do discurso nativo.

Essa percepção foi importante para entender como se iniciaram os trabalhos da rede de atenção à violência doméstica do Núcleo Bandeirante, pois esta surge aproximando conjuntos de articulações institucionais que antes não eram próximas. A *rede*, que futuramente passou a ser chamada Rede Social de Proteção à Mulher, não surgiu por iniciativa de uma única pessoa, pois não é fruto de uma ideia isolada, mas de um conjunto de iniciativas de fortalecer os contatos de entidades que trabalhavam lidando com conflitos domésticos e familiares.

Antes do início dos *trabalhos em rede* em torno da violência doméstica, havia reuniões de serviços do Núcleo Bandeirante e do Riacho Fundo, como o SERAV (Serviço de Assessoramento aos Juízos Criminais) do Tribunal de Justiça da primeira região e o CRAS (Centro de Referência de Assistente Social) da segunda, para tratar de questões presentes em suas demandas que envolviam usuários e dependentes químicos, muitas vezes de casos já judicializados. Por outro lado, o acontecimento de reuniões entre diversas instituições também era realizado sem girar em torno de temáticas específicas, mas pela necessidade de atores estatais de uma mesma localidade se conhecerem melhor e de seus profissionais poderem identificar as possibilidades de encaminhamentos que poderiam realizar. A aproximação nesse caso se dava, portanto, por uma questão geográfica, pois os usuários desses serviços estatais pertenciam a um mesmo contexto socioespacial. Alguns serviços já se articulavam de maneira conjunta, formando uma rede entre distintas instituições dos poderes públicos.

A questão que se colocou, considerados os aspectos discutidos, foi em que momento alguns dos atores institucionais do campo etnográfico decidiram organizar encontros centrados na temática da violência doméstica/contra a mulher. A partir do entendimento compartilhado entre agentes da *rede* de que fazem parte de uma mesma iniciativa, torna-se possível caracterizá-la de modo diferenciado. Segundo as falas dos profissionais com quem conversei e tinham condições de trazer informações desse histórico, as articulações começaram a ocorrer de forma mais ampla entre as instituições quando servidores do Tribunal de Justiça, Ministério Público (ambos do Núcleo Bandeirante) e do CRAS do Riacho Fundo uniram esforços para realizar encontros envolvendo entidades de suas redes particulares. Não houve um momento exato de criação da *rede*, mas um processo de aproximação dos serviços estatais até que os encontros se tornassem regulares e consensuais em torno da questão dos conflitos abarcados pela Lei Maria Penha. Destaco que não havia entidades não governamentais presentes nesse processo de estabelecimento da *rede*, mas

apenas agentes dos poderes Executivo e Judiciário das regiões administrativas do Riacho Fundo e do Núcleo Bandeirante. As iniciativas externas ao Poder Público somente se fariam presentes na *rede* em um momento posterior. Realizada essa breve contextualização sobre a *rede*, relato nesta seção do capítulo as observações que realizei acompanhando as reuniões da mesma, as quais trouxeram elementos decisivos para minha análise acerca das formas de agência e do papel exercido pelo Judiciário nos trabalhos de articulação realizados.

As reuniões observadas

Em outubro de 2012, fui convidado por Cristiane, que também era supervisora do CJM, a participar de uma reunião que a *rede* faria no mês subsequente. Minha participação na pesquisa sobre as práticas de administração de conflitos no juizado, portanto, foi minha porta de entrada para o campo etnográfico de meu trabalho de monografia. Quando a reunião em questão veio a ocorrer, fui apresentado como pesquisador da Universidade de Brasília interessado em fazer um trabalho sobre a constituição da *rede*. Assim, tive a oportunidade de explicar meus objetivos e métodos de pesquisa aos interlocutores. Esse procedimento foi mantido por mim ao longo de todo o período do trabalho de campo à medida que eu me relacionava com novos ou, até então, desconhecidos participantes.

Passei a acompanhar os encontros da *rede*, portanto, em novembro de 2012. Fui previamente avisado pela equipe multidisciplinar do juizado de que haveria a apresentação de um grupo chamado Al-Anon naquela oportunidade. A reunião ocorreu no auditório do Fórum de Justiça do Núcleo Bandeirante⁵, começando com um considerável atraso em relação à hora prevista devido à demora de alguns profissionais. Aproveitei o momento para estabelecer um diálogo com uma estagiária de psicologia do Centro Judiciário da Mulher (CJM). Buscando conhecer um pouco sobre como eram realizadas as reuniões, fui informado de que estas ocorriam dentro de uma dinâmica itinerante, nunca acontecendo de modo consecutivo no mesmo espaço institucional. Minha interlocutora também contou que o juiz titular da vara de violência doméstica e coordenador do CJM, Ben Hur Viza, esteve presente na reunião anterior àquela em que estávamos. Curiosamente, nesse encontro realizado dentro do Fórum o juiz não compareceu.

Contando com 20 pessoas presentes, a maior parte do tempo do encontro foi utilizada para a apresentação do Al-Anon, uma associação formada por familiares de indivíduos

⁵ O nome oficial do fórum de justiça localizado no Núcleo Bandeirante é Fórum Desembargador Hugo Auller.

alcoólicos que trabalham com grupos de apoio mútuo no objetivo de oferecer suporte psicológico e emocional uns aos outros. A associação possui até mesmo uma sede nacional, mas no Distrito Federal os seus vários grupos de apoio funcionam em espaços cedidos, sobretudo, por igrejas católicas. Confesso que, antes de saber do que a associação se tratava, eu imaginava que fosse um serviço que lidasse diretamente com a questão da violência doméstica. Foi a primeira vez que percebi que a *rede* era composta também por atores não especializados no tratamento dos conflitos abarcados na Lei Maria da Penha, mas que tinham essa questão perpassando suas temáticas de atenção.

Em um segundo momento, houve espaço para questionamentos e dúvidas sobre o trabalho realizado por esse grupo de apoio aos familiares de alcoólicos anônimos. A configuração física do espaço em que estávamos, todavia, não favorecia a construção de uma dinâmica de debate, pois os profissionais ficavam todos sentados de frente para um alto tablado. Apesar disso, um momento em particular chamou a minha atenção. João, servidor do CJM e assessor jurídico do juiz Ben Hur Viza, perguntou a uma representante do Al-Anon se, além de atender aos familiares, os grupos também atendiam os próprios alcoólicos, no que recebeu uma resposta negativa. Percebi na expressão facial de João certa frustração, como se para ele não fizesse sentido que o serviço oferecido pela entidade tivesse que ser restringido às famílias dos alcoólicos. A pergunta do servidor evidenciava sua demanda por realizar encaminhamentos de litigantes alcoólicos, mas a entidade que foi apresentada naquele encontro da rede não pareceu corresponder muito bem às suas expectativas.

Ao fim da reunião, Dalzi, também servidora do CJM, anunciou que a próxima reunião ocorreria na sede do projeto Amor Exigente, outro serviço não governamental. Mariana, psicóloga do SERAV, concluiu sugerindo que as reuniões da *rede* também fossem utilizadas para realizar alguns estudos de caso, com o objetivo de os profissionais poderem realizar os encaminhamentos institucionais de forma mais eficiente e adequada. Observei, no entanto, que o encerramento do encontro não se deu ao fim dessas falas, mas apenas depois de um lanche oferecido pelo Centro Judiciário da Mulher, que possibilitou o uso do espaço do auditório para o Al-Anon. Durante alguns minutos, os profissionais continuaram conversando entre si, porém de uma maneira menos formal e mais espontânea. Os profissionais explicavam as atribuições dos serviços representavam na reunião, trocavam informações sobre atendimentos que realizavam e expunham seus discursos sobre o trabalho em rede. Todas as conversas ocorriam em um tom muito amigável e receptivo. A situação foi interessante no sentido de me fazer perceber que aquele não era um momento pós-

reunião, mas de extensão da mesma, pois favorecia o estreitamento de laços entre os profissionais.

A segunda reunião a que compareci foi a primeira realizada pela *rede* no ano de 2013. Como eu havia passado meu endereço eletrônico para uma lista de presença que circulou entre os presentes no encontro anterior, recebi por email o comunicado que informava data, local e horário do evento. Além disso, Dalzi telefonou para mim, passando as mesmas informações da mensagem que recebi. A reunião aconteceu na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Núcleo Bandeirante, que se localizava às margens da região administrativa. Assim como o anterior, este encontro começou com um atraso de alguns minutos, a fim de esperar a chegada de alguns profissionais que pudessem estar atrasados.

Dessa vez, no entanto, havia uma quantidade maior de pessoas no espaço escolhido. O início das atividades se deu com a apresentação dos funcionários da UPA explicando suas atribuições dentro do serviço anfitrião (a maioria trabalhava na área de enfermagem). Eram cinco no total. Um deles, Pedro, contou que a sala em que estávamos todos era um berçário que havia sido desocupado com a estrita finalidade de realizar a reunião. Esse mesmo profissional fez questão de agradecer em público a presença do juiz Ben-Hur Viza, bem como ressaltou a importância da participação do CJM. Outros serviços ou profissionais participantes da *rede* não foram citados pelo servidor da UPA durante a ocasião do agradecimento.

Pedro então apresentou os serviços da UPA, explicando aos presentes que o objetivo daquele serviço era o de realizar atendimentos pré-hospitalares, no intuito de diminuir a demanda dos hospitais no que se refere aos casos de tratamento mais simples e básicos.

Após as explicações sobre as atividades desse serviço da Secretaria de Saúde, interlocutores anfitriões abriram um momento para perguntas e dúvidas, assim como ocorreu na reunião anterior. Cristiane, do CJM, perguntou se havia um atendimento especializado a vítimas de violência e Pedro respondeu com a ajuda de uma colega, Raquel, melhor informada sobre a questão. Ela explicou que há um Programa de Atendimento à Violência (PAV) – prática que é realidade em alguns hospitais da rede pública de saúde, funcionando com uma profissional da enfermagem de jornada 40h/semanais e uma assistente social que não estava lá em tempo integral. A servidora também salientou que o referido programa prevê a participação de médicos e psicólogos. A UPA ainda não tinha esses profissionais. Nesse momento, a sala já contava com quase 50 pessoas presentes na reunião, uma grande diferença numérica se comparadas essa reunião e a anterior. Essa foi a única vez em que a

quantidade de pessoas e instituições representadas se alterou consideravelmente entre um encontro e outro até a última reunião de que tive informações. Naquele momento, a nítida diferença me deixou intrigado, pois me perguntei se a motivação para o fato estava mais relacionada ao interesse dos participantes da *rede* pelas instituições que fizeram as apresentações ou se existiam outras explicações. Desde essa reunião da UPA, ocorrida em fevereiro, passei a pedir à Dalzi para ter acesso às listas de presença que a servidora do CJM passava ao longo dos encontros.

Após as dúvidas tiradas sobre o trabalho da instituição, uma funcionária da UPA convidou os dois policiais da PMDF presentes para apresentar seu projeto de atenção à violência doméstica: o EDUCS. Os profissionais explicaram que o programa funciona realizando ações educativas e de prevenção à *violência intrafamiliar*, termo que foi bastante usado pelos policiais e chamou minha atenção por focalizar a questão na família e não no sujeito “mulheres”. Gmayeel, soldado que desenvolveu mais a explanação sobre as estratégias de ação do EDUCS, explicou que o serviço é classificado como *polícia comunitária*⁶. O EDUCS foi apresentado como um programa inovador, pois lidava com a comunidade a partir de uma perspectiva assistencial, inclusive realizando visitas domiciliares com base nas demandas e denúncias recebidas. O policial fez questão de expor que era necessário que a população soubesse dos níveis de atuação da PM para além do policiamento repressivo, ficando nítido em sua fala a intenção de desconstruir a representação da polícia militar como instituição de caráter eminentemente opressor ao apresentar seu outro lado: o de “promover a cidadania”, nas palavras do policial Gmayeel.

Quando tratou da abordagem policial que era realizada pelo EDUCS no atendimento às famílias em situação de violência, o PM utilizou uma apresentação projetada na parede com um esquema que polarizava os conceitos de “violência doméstica contra a mulher” e “conflitos familiares”. O soldado o fez no intuito de argumentar que os “cidadãos” não podiam ser tratados como “bandidos” ou “criminosos”, advogando assim que os casos de *violência intrafamiliar* deveriam ser percebidos de forma diferenciada, com o cuidado de não estigmatizar os *autores*.

Após a apresentação do EDUCS, o juiz Ben Hur Viza pediu para falar a todos os presentes e ressaltou a importância do *trabalho em rede* para garantir um melhor atendimento às mulheres vítimas de violência. O magistrado não entrou em detalhes sobre

⁶ A noção de *polícia comunitária* com que o programa da PMDF trabalha se baseia na seguinte orientação: “Foco na segurança com responsabilidade pedagógica e de cunho preventivo”. Essas foram palavras do próprio policial.

como percebia que esse tipo de trabalho deveria ser feito. Informou depois que a área de abrangência do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher em que é titular cobre, além do Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Park Way. Antes de concluir, o juiz fez uma brincadeira ao afirmar que se sentia confiante com a *rede* pelo fato de esta não ser uma “empurrede”: uma iniciativa que servisse apenas para as instituições passarem seus problemas adiante através de encaminhamentos. Entre alguns risos, percebi a reação de concordância de alguns presentes com a observação do magistrado. Em seguida, Dalzi informou que a próxima reunião ocorreria na sede do Pró-Vítima (SEJUS/DF), localizada na antiga Rodoferroviária. Eu já começava a perceber que esta profissional do CJM tinha uma importante atuação no que tangia à organização das reuniões, todavia me restava a dúvida sobre a construção desse processo ser algo mais centralizado ou construído de modo mais horizontal.

A terceira reunião em que estive fazendo observações diretas foi de grande importância para eu desenvolver minhas reflexões sobre o papel que a Justiça, mais propriamente na figura do Centro Judiciário da Mulher (CJM), exercia no cenário de construção do *trabalho em rede*. Antes mesmo de sua realização, um fato me chamou a atenção. Ocorreu que o encontro estava marcado para o dia 15/03, segundo o informe de Dalzi na reunião de fevereiro, mas foi adiado para a sexta-feira da semana seguinte. A própria servidora do CJM enviou um email avisando da remarcação e justificou a mudança de data informando que haveria evento de comemoração do Dia Internacional da Mulher a ser realizado no Fórum do Núcleo Bandeirante no dia escolhido anteriormente. Não foi uma solicitação ou uma proposta para discussão levada à *rede*, mas simplesmente um aviso, o que indicava não haver uma horizontalidade em termos de deliberação coletiva na organização das reuniões.

Cheguei um pouco atrasado à sede do Pró-Vítima no dia do encontro e quando entrei na sala percebi que a apresentação da entidade anfitriã havia acabado de começar e os assentos disponíveis não estavam completamente ocupados. Pela terceira vez consecutiva, a reunião ocorria em um espaço organizado para que as pessoas ficassem todas voltadas para uma mesma direção: a de quem estava apresentando. Novamente contando com um significativo volume de profissionais, o espaço da reunião estava cheio. Consegui perceber, no entanto, que não somente o juiz Ben Hur Viza estava presente, mas também seu colega magistrado, Carlos Bismarck. Este juiz é o outro coordenador do CJM e também titular no 1º juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher da Ceilândia.

A responsável pela Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência da Secretaria de Justiça, Valéria de Velasco, discursava sobre os objetivos e atividades do Pró-Vítima. O estabelecimento de atendimentos multidisciplinares fazia parte da política do programa e a ideia em si guardava semelhanças com a atividade realizada pela equipe do 1º juizado de violência doméstica, também servidores do Centro Judiciário da Mulher. Em um dado momento da apresentação do Pró-Vítima, a subsecretária defendeu a necessidade de haver um maior rigor na aplicação da Lei 11.340/06 no que concerne a seus aspectos punitivos.

Entendendo que os instrumentos judiciais da Lei não vinham sendo acionados de maneira muito eficaz, foi incisiva ao dizer que era preciso tornar comum a prática de prisão preventiva imediata às pessoas que desrespeitassem as medidas protetivas concedidas nos casos de violência doméstica. Foi interessante perceber que sua fala ocorreu no contexto da presença de dois juízes que atuam com conflitos de Lei Maria da Penha. Essa situação e algumas outras, onde visões de mundo e posicionamentos políticos sobre a violência de gênero e doméstica emergem nos discursos dos profissionais, serão problematizadas no próximo capítulo deste trabalho.

Voltando às observações sobre a reunião de março, após a conclusão da apresentação do Pró-Vítima, uma das presentes indagou os demais sobre que procedimento deveria ser realizado para que a entidade pudesse fazer parte da rede. O juiz Ben Hur se prontificou em responder de maneira assertiva que “a rede não tem ninguém dirigindo, controlando”, expondo um entendimento de que aquela não era uma rede de serviços manipulada ou apropriada por nenhuma instituição e obtendo uma reação positiva da profissional que fez a pergunta.

Nessa oportunidade também houve um segundo momento de apresentação que sucedeu a fala dos profissionais da entidade anfitriã. Entretanto, o participante que discursou não se apresentou como representante de um serviço, mas como organizador de um evento que realizaria um encontro entre diversas redes sociais (não necessariamente institucionais) de todo o Distrito Federal. A ideia era convocar representantes de diversas redes para debater e trocar experiências acerca desse tipo de iniciativa. Ao fazer o convite aos presentes, dirigiu-se à *rede* como se esta pertencesse às regiões do Plano Piloto e do Núcleo Bandeirante, ao passo que foi corrigido imediatamente. Alguns presentes lembraram ao senhor do convite que as regiões do Riacho Fundo, Candangolândia e Park Way também eram áreas de abrangência das instituições da *rede*. A região do Plano Piloto não foi incluída na hora da explicação ao profissional em questão.

Uma das observações feitas por mim ao longo das primeiras reuniões que acompanhei foi a de que não havia um nome próprio de identificação da *rede*, mas os participantes costumavam usar a palavra genérica que venho utilizando por diversas vezes neste trabalho. Ora o nome *rede* se referia ao trabalho coletivo que realizavam, ora simplesmente nomeava o conjunto de instituições e serviços. Em muitos momentos também percebi que a referência era feita com os termos “rede do Bandeirante” ou “rede de violência doméstica do Bandeirante”. Por outro lado, notei que, apesar de as articulações institucionais que deram início à *rede* terem ocorrido no âmbito das regiões do Núcleo Bandeirante e do Riacho Fundo (e a maioria das reuniões acontecerem na primeira região), alguns serviços de fora da circunscrição dessas áreas se faziam presentes nos encontros. Centros de Referência de Assistência Social das regiões de Taguatinga e de Samambaia e o programa da Polícia Militar que apresentou na reunião do mês anterior, atuando na região de Ceilândia, eram alguns exemplos dessas entidades. Não demorou muito tempo para que esses dilemas começassem a ser verbalizados no contexto etnográfico, sendo que a reunião na sede do Pró-Vítima foi fundamental nesse sentido.

Quando a reunião se aproximava do fim, o coordenador do CJM, juiz Ben Hur Viza, pediu a palavra para convocar os presentes a discutirem um nome para a *rede*. Antes, lembrou que muitos serviços que vinham frequentando as reuniões não pertenciam às regiões administrativas que localizavam a *rede* de maneira geográfica, argumentando que a rede não tinha a finalidade de se fechar e restringir a participação de serviços exteriores ao Núcleo Bandeirante e afirmando que profissionais dessas entidades eram todos muito bem-vindos às reuniões. No momento da escolha do nome, uma ação coordenada pelo próprio juiz, algumas poucas sugestões foram dadas na ocasião e, após o nome “Rede de Proteção à Mulher” ter sido sugerido por uma profissional do Pró-Vítima, o juiz comentou ser um bom nome e fez o questionamento sobre aquela ideia aos demais presentes. Sem um claro consentimento geral e nem verbalizações explícitas de concordância, o coordenador do CJM entendeu que a sugestão deveria ser acatada e afirmou: “Então fica assim, Rede Social de Proteção à Mulher do DF”. O magistrado concluiu pedindo que os participantes pensassem em alguma sigla para o nome escolhido. Em questão de alguns minutos, dois problemas politicamente estratégicos foram aparentemente resolvidos: um nome para identificar a *rede*, bem como a sua abrangência geográfica em termos de composição institucional.

O juiz Ben Hur, após o momento de escolha do nome da *rede*, aproveitou para explicar o trâmite da concessão das medidas protetivas e ressaltar que o juizado do Núcleo

Bandeirante vinha expedindo-as sempre antes do prazo da Lei. Além disso, fez questão de afirmar que tinha uma postura bastante rigorosa e objetiva com os homens que descumpriam as medidas protetivas, decretando prisão preventiva nesses casos.

A reunião marcada para abril foi sediada no Centro Educacional Bandeirantes (CEBAN), localizado próximo à avenida central do Núcleo Bandeirante. Não houve um aviso quanto ao dia e a hora deste encontro da *rede* ao fim da reunião anterior, o que indicava não haver nada acordado até aquele momento. Tomei conhecimento da reunião de abril novamente através de uma mensagem enviada pela coordenadora do CRAS do Riacho Fundo para o grupo de *e-mails* da *rede*. Nesta mensagem haviam sido informados o seu contato telefônico e o de Dalzi (CJM) para que os participantes da rede pudessem se comunicar em caso de eventuais dúvidas sobre o encontro. No texto da mensagem não havia nenhuma referência sobre as entidades que fariam suas apresentações.

Iniciando com pouco mais de 20 participantes, a reunião começou com um pronunciamento de Dalzi, lembrando aos presentes que desde a reunião anterior a *rede* passou a ser de todo o Distrito Federal. A psicóloga explicou que a agora chamada Rede Social de Proteção à Mulher do DF surgiu como pertencendo à região do Núcleo Bandeirante, mas que devido à integração e aos pedidos de participação de serviços de outras regiões, a *rede* havia “se tornado do DF”. Reforçou ainda que a ideia do nome escolhido havia partido de Iara (Pró-Vítima). A explicação de Dalzi não mencionou qualquer agência de participantes nessa decisão, no sentido de externar se algumas pessoas em específico deliberaram sobre o assunto ou se foi uma atitude tomada coletivamente. Por fim, informou aos presentes que representantes do Rotary Clube do Núcleo Bandeirante e do Instituto de Saúde Mental fariam exposições naquela reunião.

Logo no início de sua apresentação, Raimundo, representante do Rotary Clube, afirmou: “o Rotary está onde o Estado não está presente”. A frase foi usada para construir uma imagem da entidade e daria o tom de toda a sua explanação, que ressaltou do modo constante a importância da existência dessa instituição. Sua apresentação da entidade permitiu-me entender que o Rotary é uma organização que presta serviços sociais em diversas comunidades. A ONG é formada por diversos clubes espalhados pelo Brasil e pelo mundo, formando uma rede de sócios denominados “rotarianos”. O expositor não explanou sobre a relação entre os clubes Rotary e em nenhum momento falou dos projetos assistenciais da entidade se referindo apenas às ações do clube proveniente do Núcleo Bandeirante, mas sempre de maneira genérica. Na maior parte do tempo, Raimundo exaltou

o valor e os resultados dos projetos postos em prática pela ONG, dentre eles uma campanha de vacinação no combate à poliomielite. Visando passar uma imagem de confiança aos presentes, chegou a informar que o Rotary era a única organização não governamental com cadeira cativa na ONU (Organização das Nações Unidas). Fez questão de ressaltar também que o Rotary não era composto apenas por homens, apresentando duas mulheres “rotarianas” presentes na reunião. Eu estava ficando incomodado com aquela apresentação, pois não percebi qualquer relação da entidade com a temática da violência doméstica. Certamente os clubes Rotary não haviam realizado nenhuma ação no âmbito desses conflitos, caso contrário Raimundo traria a situação em seu discurso.

Foi então que, já próximo do final da apresentação, o expositor afirmou que o Rotary estava disposto a realizar um projeto que envolvesse a questão da violência doméstica. Não entrou em detalhes sobre os critérios a partir dos quais o projeto deveria ser elaborado e propôs que a participação de sua entidade ocorreria no sentido de fornecer infraestrutura a um projeto que fosse idealizado pela *rede*. Prontamente, Dalzi se levantou e ressaltou a todos os presentes que naquela reunião participavam representantes do Ministério Público e do Pró-Vítima (SEJUS/DF), sugerindo que estas instituições poderiam se reunir com o Tribunal de Justiça (referindo-se aos profissionais do juizado em que trabalha) para pensar um projeto de atenção aos conflitos domésticos e familiares a ser encaminhando ao Rotary.

Não houve manifestações explícitas de reação à sugestão de Dalzi por parte de nenhum presente no momento da reunião. Iara (Pró-Vítima), no entanto, perguntou a Raimundo como representantes dos serviços da *rede* deveriam proceder para encaminhar algum projeto ao Rotary e se poderiam tratar disso diretamente com ele. O sócio do clube do Núcleo Bandeirante esclareceu que havia uma direção geral que precisaria receber e aprovar o projeto. Ao fim de sua fala, um outro senhor sócio do Rotary Clube, convidou os participantes da *rede* a se associarem à entidade, explicando até mesmo o procedimento necessário para isso. O momento de surpresa na minha observação ocorreu quando este senhor agradeceu às pessoas presentes pela presença em sua escola. Eu já havia notado que nenhum profissional daquela instituição que sediava a reunião havia se apresentado e nem, obviamente, feito uma exposição sobre suas atividades ou demandas. O CEBAN era, portanto, propriedade de um dos sócios do Rotary e nada mais do que um espaço utilizado para abrigar o encontro da *rede*.

Em um segundo momento do encontro, já com todas as pessoas que estiveram presentes naquela reunião, Dalzi apresentou “Rai”, representante do Instituto de Saúde

Mental (ISM). Esta profissional explicou que o serviço em que trabalhava era uma clínica de acolhimento e tratamento de adultos com transtornos mentais. Não havia ficado claro na explanação de Rai se a sua entidade era estatal ou proveniente da iniciativa privada (posteriormente, pesquisei e descobri que se tratava de um serviço governamental da Secretaria de Saúde – SES/DF, localizado na região do Riacho Fundo I).

A representante do ISM apresentou as modalidades de trabalho da instituição, que incluíam acompanhamentos psiquiátricos, oficinas terapêuticas com os pacientes e um “programa de prevenção e atendimento às pessoas em situação de violência” (este em fase de implantação), deixando os presentes bastante interessados na descrição dos serviços prestados. Os servidores públicos presentes aparentavam, inclusive, estarem mais dispostos à discussão e reflexão se comparada esta apresentação à anterior. Muitas perguntas sobre as formas de atendimento do ISM foram feitas e os diálogos entre os profissionais foram mais constantes na construção deste segundo momento da reunião, inclusive no que tange ao tratamento oferecido pelo Poder Público aos envolvidos nos conflitos de Lei Maria da Penha. Ao fim, Dalzi apresentou os novos participantes da reunião e chamou à frente Áurea, profissional do Setor de Medidas Alternativas (SEMA/MPDFT). A atitude da profissional do CJM ocorreu no intuito de explicar brevemente a todos que a *rede* havia começado pela articulação entre redes ligadas ao Ministério Público e ao CRAS do Riacho Fundo, salientando os esforços de articulação realizados por Áurea nessa empreitada.

A reunião referente ao mês de maio foi marcada ainda no encontro realizado no CEBAN, mas não veio a acontecer na data acordada, sendo remarcada para o início de junho. Chamou a minha atenção dessa vez que a justificativa para o adiamento foi a impossibilidade de comparecimento do juiz Ben Hur Viza na data agendada em maio, fato relatado por Aline, coordenadora do CRAS do Riacho Fundo, em mensagem de email enviada aos participantes da *rede*. Sendo assim, não compareci à reunião por ter estipulado em meu cronograma de pesquisa que maio seria o último mês para realização do trabalho de campo. Em uma ida que fiz ao Fórum do Núcleo Bandeirante para realizar uma entrevista, Dalzi me contou que a decisão foi tomada a partir de uma conversa dela com Aline (CRAS Riacho Fundo), que entenderam ser “importante o juiz estar presente” e, assim, adiaram e esperaram por um momento em que o juiz pudesse comparecer à reunião. A reunião em questão ocorreu na sede da Central do Idoso, no Plano Piloto. O serviço é ligado ao TJDF, mesma instituição do magistrado titular do juizado de violência doméstica do Núcleo Bandeirante.

Descritas as minhas observações feitas nos momentos das reuniões, utilizarei o próximo capítulo deste trabalho de modo a priorizar uma análise das representações e perspectivas presentes no conteúdo das entrevistas que realizei. Serão destacados elementos que permitem problematizar as formas de relação entre os sujeitos e os discursos que operam de modo mais ou menos antagônicos na constituição dessa “rede de serviços”, nos termos de Carreira e Pandjijarjian (2003).

CAPÍTULO 3

O JUDICIÁRIO NA REDE SOCIAL DE PROTEÇÃO À MULHER DO DF

O objetivo maior deste capítulo é discutir a influência do Poder Judiciário no processo de construção e articulação da Rede Social de Proteção à Mulher, de modo a refletir sobre os efeitos dessa participação para a constituição da *rede* como uma dimensão do campo estatal. Antes disso, porém, realizarei uma análise sobre as percepções dos sujeitos do campo etnográfico no que concerne ao *trabalho em rede*, à dinâmica das reuniões realizadas aos conflitos abarcados pela Lei Maria da Penha.

Discutir as representações dos temas citados faz-se importante no sentido de evidenciar que conteúdos simbólicos estão em jogo nas interações e nos discursos que formam a *rede*, bem como de ponderar sobre o significado dessas perspectivas para a agência do poder judiciário ao participar dos trabalhos de articulação institucional.

As percepções dos profissionais sobre o *trabalho em rede*

Algumas perguntas feitas durante as entrevistas se basearam na preocupação de compreender o ponto de vista dos participantes da Rede Social de Proteção à Mulher no que se referia ao *trabalho em rede*: como percebiam que deveria ser realizado esse tipo de trabalho e quais aspectos eram importantes para atingir os objetivos que tinham em mente no contexto da atenção aos conflitos. Através das respostas obtidas, pude perceber de maneira bastante presente um discurso que tratava os trabalhos de articulação que realizavam como um processo ainda em vias de estabelecimento, de busca por mais conhecimento sobre as atribuições das diversas instituições e pela constituição de um trabalho que seja independente da atuação de serviços específicos.

Uma profissional do SEMA (Ministério Público) fez a seguinte consideração sobre a *rede*, ao afirmar que as reuniões vieram a ocorrer após demandas por articulação que partiam tanto da promotoria quanto do juizado que atuam na questão da violência doméstica no Núcleo Bandeirante:

Eu acho que a rede está se estruturando ainda, estamos nos conhecendo ainda, pode melhorar muito, no sentido de colaborar mais com o outro, de ter um programa mais eficiente, (...) não existe total colaboração ainda não. A rede existe, mas ainda não tem um trabalho efetivo.

Corroborando a ideia de uma rede em formação, ouvi em outras entrevistas falas que destacavam a necessidade de a *rede* ser uma iniciativa que pudesse realizar suas atividades sem que a dinâmica dos trabalhos passasse fundamentalmente por alguns espaços institucionais:

Acho que o obstáculo para a rede ainda é muito esse: quem é o dono dessa rede? (...) Essa disputa de quem é o fomentador, sem perceber que a rede pode ter um movimento dela, de deixar essa rede fluir. Eu acho que pra ela ser mais espontânea, essa rede fluir, talvez ela precise ter mais naturalidade. Acho que é importante ter uma coordenação, mas uma coordenação que não exclua ninguém (...) você sabe que existem olhares e interesses políticos também. E esses interesses, quando se sobrepõem às necessidades do que é o objetivo dessa rede, traz problemas, traz dificuldades.

(Profissional do SERAV/TJDFT)

A questão dos “olhares e interesses políticos” destacados pela profissional do TJDFT será abordada mais à frente, quando analisada a presença do Judiciário no contexto do campo etnográfico. Vale destacar, no entanto, a ponderação sobre uma suposta “naturalidade” ausente na *rede*, como uma espécie de nível desejável da configuração do trabalho coletivo. Sua fala indica ainda a percepção de que alguns atores (ou um único ator) dessa rede centralizam ações importantes na dinâmica dos trabalhos realizados.

Por outro lado, constantemente os participantes ressaltavam que aproximar o trabalho das instituições e realizar uma maior troca de experiências entre elas traria alternativas mais sólidas para o tratamento dos conflitos. A dificuldade muitas vezes presente no trabalho desses profissionais em realizar encaminhamentos adequados ou que sanassem certos aspectos dos conflitos com que lidavam foi evidenciada em suas falas, pois percebiam o distanciamento entre os atores estatais, inclusive, como um obstáculo para a melhor realização de seu próprio trabalho. Ao se referir às lacunas de comunicação entre entidades muitas vezes de uma mesma região, um promotor de justiça entrevistado observou:

Todo mundo deveria ter conhecimento pelo menos dessas informações primordiais com uma facilidade maior, você ter uma central, uma distribuição dessas informações. A questão que a gente (promotoria) está tentando firmar é justamente isso: você ter um trâmite, uma circulação dessas informações numa

velocidade maior, para facilitar esse atendimento, não esse ‘manda ofício’, aí ‘responde ofício’...

Por sua vez, a fala de uma psicóloga do NAFVD durante uma entrevista sintetizou as preocupações que norteavam as motivações para o *trabalho em rede*:

Esses pontos que são trabalhados na violência muitas vezes precisariam de vários parceiros pra gente poder articular, não só encaminhamentos, mas até para conhece os serviços, para priorizar o atendimento da mulher na saúde, ou de uma creche para a criança que vem de uma família que tem violência doméstica, (...) acho que a gente precisaria estar mais próximo, esses atores, para poder conhecer um pouco mais o trabalho do outro, se surgir uma questão aqui, “ah, eu sei onde procurar”, ir lá, entregar em mãos, falar do caso, ter uma agilidade maior.

Em nenhum momento os profissionais escutados por mim fizeram qualquer relato que apontasse para o contentamento com uma realidade de múltiplas e duradouras articulações institucionais que favorecessem o tratamento adequado e suficiente às famílias e indivíduos em situação de violência. Não era esse o cenário percebido por ninguém, mas sim um conjunto de serviços em âmbito estatal que careciam de informações uns sobre os outros, bem como demandavam por possibilidades concretas de encaminhar seus públicos a serviços que tratassem de outros aspectos relacionados aos conflitos para além de sua esfera de atendimento.

A dinâmica e o papel das reuniões

Como foi possível perceber através das descrições feitas no capítulo anterior, as reuniões eram um espaço de compartilhamento de informações sobre o trabalho dos serviços e dos eventos promovidos pelos mesmos, em que experiências sobre formas de atendimento eram discutidas e as perspectivas acerca da violência doméstica e sobre como esse fenômeno deveria ser tratado pelo Estado eram exteriorizadas.

Alguns aspectos observados ao longo das reuniões da *rede* se configuravam como padrões de organização e interação dos sujeitos no campo. Havia uma tentativa, por parte dos sujeitos envolvidos na organização das reuniões, de estabelecer uma mesma sequência de momentos em cada encontro. A ordem estabelecida foi repetida em todas as reuniões de que participei, o que atribuiu um caráter um tanto ritualístico aos encontros da *rede*. O dia e o horário pré-estabelecidos (sexta-feira, às 14 horas), bem como a decisão de que as reuniões

ocorreriam uma única vez a cada mês, funcionava como uma estratégia para garantir uma constante participação dos representantes, que teriam o tempo de algumas semanas para se organizar e enviar ao menos um profissional para a reunião.

No que se refere à dinâmica dos encontros em si, a realização de apresentações detalhadas/palestras das entidades participantes representava um anseio generalizado em muitos profissionais: conhecer mais profundamente os serviços que fazem parte da estrutura estatal de atendimento à população. Como em muitas falas observei haver um desejo de aproximação e de maior articulação institucional, faz sentido que haja apoio a esse tipo de dinâmica. A presença sempre diversificada e em quantidades significativas de pessoas e instituições indicava um interesse por parte dos representantes que compunham a *rede* em participar das reuniões. Entretanto, ponderações de cunho analítico acerca da estratégia de pautar as reuniões pela realização de longas apresentações não deixaram de ser colocadas pelos participantes:

Na última reunião em que eu fui eram apresentações de instituições ainda, mas ainda assim, o que eu percebo? É que além de uma instituição apresentar, outras trazem situações em que talvez coubesse um atendimento por essa que está se apresentando. E aí começa esse diálogo e essa troca. Não é uma simples apresentação, é uma apresentação que traz uma reflexão sobre a demanda que eu atendo, de que forma pode haver uma parceria ali.

(Entrevista com assistente social do SERAV/MPDFT)

Vai sair das apresentações, essa é a primeira etapa. Como ela é muito nova (a rede), então ninguém conhecia ninguém (...). Então, como é que eu vou encaminhar se eu não sei o que você faz? Essa apresentação foi colocada para isso, para você conhecer seu colega do lado, para você fazer encaminhamentos corretos, não ficar nessa mandando para quem não é área dele. E agora, eu acho, tem uma proposta da M., de a gente fazer estudos de caso.

(Entrevista com servidora do Centro Judiciário da Mulher)

A partir de uma perspectiva crítica à realização de sucessivas reuniões pautadas por apresentações das entidades, o promotor entrevistado por mim, que atua nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher, fez a ressalva de que os encontros da *rede* deveriam ter objetivos mais práticos, como a discussão de casos específicos que fossem tratados pelos serviços representados nas reuniões. O profissional entendia que as constantes apresentações não deveriam caracterizar os encontros, pois não enxergava a estratégia atrativa e produtiva em longo prazo. Sugeriu, por exemplo, que fossem realizados diálogos que tornassem evidentes os recursos que cada instituição tinha à disposição e quais eram

suas demandas particulares para que pudessem realizar um trabalho mais efetivo. Nas palavras do promotor, “um escambo mesmo”.

Duas profissionais do Tribunal de Justiça, por sua vez, apresentaram um descontentamento com ideia de realizar reuniões de rede sob as limitações da disposição física de um auditório ou em uma sala com os assentos enfileirados, em virtude da verticalização e controle nas relações que essa forma de organização proporcionaria. As falas de ambas foram expressas no contexto de minhas entrevistas e evidenciaram a experiência que as servidoras tinham participando de reuniões como essas realizadas pela Rede Social de Proteção à Mulher.

As falas descritas mostram, portanto, que apesar de críticas e avaliações não terem sido expressas por meio de discussões nas reuniões, a forma de organização e a pauta das mesmas não necessariamente indicam um consenso sobre a estratégia adotada até então. A dissonância entre os discursos dos participantes acerca da concepção e organização das reuniões também é um aspecto relevante na compreensão da dinâmica das interações, visto que a não concordância com os procedimentos que pautavam os encontros podia ser, inclusive, um fator de afastamento em relação aos mesmos. O promotor entrevistado, por exemplo, não esteve presente em nenhuma das reuniões que frequentei, apesar de conhecer o trabalho da *rede* e atuar nos processos do juizado de violência doméstica no Núcleo Bandeirante.

Ressalto também que a rotatividade de espaços que sediavam as reuniões era um fator característico da organização das mesmas, mas mesmo esse aspecto não desestimulava a presença de muitos profissionais. É absolutamente plausível acreditar, inclusive, que a não concentração das reuniões em um mesmo espaço institucional fosse algo positivo na visão de todos os participantes que se preocupassem com a importância de haver descentralização política nos trabalhos da *rede*. Considerando as reuniões em que estive presente e as informações obtidas sobre outros encontros, percebi que as reuniões não saíram em nenhum momento do eixo geográfico Plano Piloto – Núcleo Bandeirante, o que facilitava a presença dos serviços que atuassem nessas áreas. A repetição dos espaços institucionais na realização dos encontros, no entanto, não era uma característica da *rede*, visto que a intenção era de que as reuniões ocorressem sempre em espaços das entidades ainda “desconhecidas” que fariam sua apresentação ao grupo.

O esquema de organização das reuniões funcionava, assim, não simplesmente como uma questão de logística, mas com o objetivo de agregar novos membros e assegurar a

permanência dos antigos na busca por “fortalecer a rede”, evidenciando outra expressão por vezes utilizada nas falas dos profissionais. Dessa forma, as reuniões representavam um espaço de constituição do caráter da *rede*.

As percepções dos profissionais sobre os conflitos de Lei Maria Penha

Em minhas observações, optei também por dar atenção às percepções que constituíam a visão dos participantes acerca dos conflitos domésticos e de gênero e suas formas de tratamento, pois acreditava que a pluralidade de instituições e pessoas poderia trazer um contexto bastante rico de perspectivas não necessariamente complementares e convergentes. Em todas as entrevistas realizadas perguntei aos profissionais como compreendiam as causas e a dinâmica dos conflitos abarcados na lei 11.340/06, mas também obtive respostas de forma mais espontânea durante os momentos das reuniões. De maneira geral, não ouvi críticas em relação às proposições e intenções da Lei e nem à forma como esta vem sendo aplicada pelos organismos da Justiça. Pelo contrário, seus aspectos costumavam ser exaltados, bem como sua aplicação pelo juizado do Núcleo Bandeirante no que se referia à concessão de medidas protetivas. Quando indagada por mim no contexto de uma entrevista, a coordenadora de atendimento do Pró-Vítima (Secretaria de Justiça) expressou sua opinião sobre a Lei Maria da Penha:

A lei Maria da Penha é muito bonita, porque ela vem meter a colher (...) as mulheres se sentem mais empoderadas com a lei Maria da Penha, mais fortes, porque a lei tem uma série de dispositivos que assegura a elas o mínimo.

Narrativas como essa, por parte de uma profissional que trabalha com o atendimento às mulheres requerentes nos processos enquadrados na referida legislação, demonstram confiança em um dispositivo legal que é tratado, muitas vezes, como uma iniciativa que deve ser correspondida através do trabalho das instituições.

Acerca das motivações e dinâmica dos conflitos, perspectivas mais ou menos problematizadas emergiam nos discursos dos profissionais. Explicações que entendiam a violência de gênero como um “problema cultural” foram comumente enunciadas, via de regra denunciando o machismo como motivação dos atos violentos. Por outro lado, percebi de maneira bastante presente pontos de vista que entendiam haver causas exteriores às relações conjugais e familiares em si, salientando os aspectos ditos “sociais” do contexto de

violência, que acaba por se realizar devido a dificuldades na comunicação verbal dos sujeitos em conflito. Durante a entrevista já citada com um promotor de justiça, por exemplo, esse profissional colocou a questão da seguinte forma:

Muitas das vezes o problema não surge por culpa do agressor ou da vítima, as questões vão surgindo numa situação familiar conturbada, até com filhos ou envolvendo outros parentes com quem estão morando.

Na fala da servidora do Tribunal de Justiça e supervisora do CJM, também durante uma entrevista, a questão comunicacional foi colocada como uma solução-problema:

Eu acho que o que está faltando para essas pessoas é saberem se comunicar de uma forma adequada e saberem procurar os meios adequados para obter ajuda, porque muitas mulheres sofrem violência doméstica há anos e nem sabem que aquilo é uma violência.

Percebi de maneira mais evidenciada em muitos discursos uma nivelção de cunho moral do lugar da violência doméstica (ou de gênero) no esquema dos tipos de conflitos e crimes, no sentido de que esses conflitos não podem ser tratados como outros tipos de infrações entendidas como “mais graves”. Ressalto que na maior parte dos casos em que pude fazer essa observação as falas se deram no contexto das reuniões e, portanto, garantem um caráter público aos discursos. Como exponho no relato da reunião realizada na UPA (fevereiro de 2013), durante o encontro em que houve a apresentação do programa da Polícia Militar de atenção à violência doméstica, o EDUCS, o policial que explicava como era a abordagem da PM em relação a esses conflitos quis deixar claro que os cidadãos envolvidos nos atos de violência não eram tratados como “criminosos”, pois para ele existia “violência contra a mulher” e existiam “conflitos familiares” (em um sentido mesmo de diferenciação). Há, portanto, outra dicotomia presente em seu discurso, que confronta as condições de “cidadão” e de “criminoso”, que se fez presente de maneira associada à primeira polarização destacada (aproximando “cidadão” de “conflitos familiares” e “criminoso” de “violência contra a mulher”). Em uma reunião posterior descrita no capítulo 2, referente ao mês de abril, uma profissional da área de saúde afirmou: “não vamos usar o termo agressor, deixa esse termo para a delegacia de polícia”, ao opinar sobre o tratamento oferecido aos acusados de agressão pelos serviços estatais.

Outras expressões dessa diferenciação dos crimes (ou processos) de lei Maria Penha se fizeram presentes em outros momentos, mas não observei ser uma perspectiva predominante no campo etnográfico. O que chamou a minha atenção foi o fato de esse tipo de visão ter sido mais publicamente defendida nas reuniões do que a perspectiva de uma aplicação “mais dura” da Lei 11.340/06, visto que o contexto atual do Distrito Federal é de um aumento na demanda por atenção estatal aos conflitos em questão. A percepção que tive me fez considerar que na realidade da Rede Social de Proteção à Mulher as perspectivas referenciadas pelos modelos conciliatórios de resolução de conflitos e/ou do “familismo” (DEBERT, 2007) pudessem ser mais facilmente aceitáveis e, inclusive, fundamentar a prática profissional de grande parte dos participantes.

Por outro lado, percebi que as interações e diálogos durante os encontros da *rede* em nenhum momento foram marcados por discussões antagônicas abertas. Quando opiniões mais incisivas e diretas eram apresentadas naqueles momentos, os sujeitos com possíveis argumentos antagônicos não se confrontavam diretamente. O tom da sociabilidade que se instaurava nas reuniões, sempre muito amistoso e de receptividade, dificultava que os participantes evidenciassem uma postura de confronto às opiniões expressas sobre o tratamento à violência doméstica. Prova disso são que os antagonismos apareceram mais facilmente na realização das entrevistas.

O Centro Judiciário da Mulher

No intuito de problematizar as relações do Poder Judiciário com outros atores da *rede*, é relevante trazer as percepções evidentes nas entrevistas sobre o entendimento em relação às atribuições e papéis do Centro Judiciário da Mulher no contexto de atenção à violência doméstica, visto que este serviço se destacava na dinâmica das reuniões.

Inaugurado dois meses antes de eu começar o trabalho de campo acompanhando as reuniões da *rede*, o Centro Judiciário da Mulher em Situação de Violência do Distrito Federal, com sede no Fórum do Núcleo Bandeirante, começou a se fazer representado nesses encontros desde sua criação. Sua supervisora, profissional da equipe multidisciplinar que compõe o CJM, explicou que o serviço tem o objetivo de atuar a partir de três eixos. O primeiro seria de natureza *judicial*, através do trabalho de atendimento às partes dos conflitos pela equipe multidisciplinar do 1º juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher do Núcleo Bandeirante. O segundo, caracterizado como *policial*, visando

estabelecer uma interlocução com a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar no sentido de auxiliar as polícias desses órgãos no tratamento que oferecem aos conflitos de Lei Maria da Penha. O terceiro foi chamado de *comunitário*, envolvendo o trabalho de articulação institucional mais amplo – no qual se incluem as reuniões da *rede*, bem como a organização de palestras voltadas à população de modo geral e outras direcionadas para escolas públicas do Distrito Federal. Percebe-se, assim, que o CJM foi estruturado para poder agir não simplesmente como uma referência do universo judiciário, mas como uma entidade que deve estar em constante interação com outros segmentos estatais a fim de atingir seus objetivos.

Além do juiz Ben Hur, o serviço é coordenado pelo magistrado titular do 1º Juizado de Violência Doméstica de Ceilândia, Carlos Bismarck, o que caracteriza uma tentativa de descentralização na gestão do CJM. Esses são aspectos que levei em consideração para entender os papéis que o Centro assumia nas reuniões da *rede* e na constituição desta de modo geral. Não tendo uma natureza somente jurídica nas suas práticas de intervenção e reflexão, esse serviço se demonstrou bastante acessível às outras entidades da *rede*. O âmbito de trabalho denominado por sua supervisora como *eixo comunitário* foi fundamental para garantir mais proximidade e confiança dos outros serviços, pois os profissionais dos órgãos do Executivo e das entidades não governamentais perceberam nos servidores do CJM a necessidade destes em buscar articulações e parcerias e não simplesmente se restringirem às interlocuções dentro do campo jurídico.

O Centro Judiciário da Mulher sempre estava representado por, no mínimo, três profissionais em cada reunião. Normalmente, os diferentes serviços estatais se faziam presentes nos encontros com um ou dois servidores, o que demonstrava haver grande disponibilidade e mobilização do CJM na garantia de participação. A atitude se destacava, de certa forma, em relação à dificuldade generalizada de os serviços se mobilizarem de modo tão presente, visto que geralmente possuem poucos servidores e não podem deixar seus espaços de trabalho com recursos humanos insuficientes para atender suas demandas. A prática de realizar rodízios de profissionais para representar a entidade na reunião, comum em outros serviços, não acontecia com o CJM.

Entretanto, mesmo com uma presença assídua nas reuniões, percebi que as atribuições mais específicas do CJM não eram bem conhecidas para uma significativa parcela da Rede Social de Proteção à Mulher. As representações dos sujeitos com quem realizei as entrevistas, por exemplo, indicaram uma compreensão muito vaga dos objetivos e

atividades do Centro. Questionadas sobre a importância do CJM para um melhor atendimento aos conflitos domésticos e familiares, algumas profissionais expuseram as seguintes perspectivas durante as entrevistas que realizei:

O objetivo dele é abrir as portas do Poder Judiciário, para que as vítimas procurem quando necessário... eu acho que o Centro é importante, é um apoio pra Vara... não sei muito bem como está trabalhando o centro hoje, mas sei que estão de portas abertas e quando necessário fazendo encaminhamentos e intervenções.
(Entrevista com assistente social do SERAV/TJDFT)

Ainda está em construção, vai ser muito importante porque vai ser um referencial, a gente vai saber onde vai se localizar o Centro Judiciário da Mulher, não só nós da rede, como também a população. Se acontecer algum desmando, alguma coisa errada, vai ser ali o local que pode se demandar, que pode se denunciar.
(Entrevista com advogada do Pró-Vítima/SEJUS)

Acho que o objetivo do CJM é muito interessante, mas o resultado ainda não está evidente... mas eu entendo que a formação dessa equipe com olhar amplo, disciplinar, os estudos que estão se propondo a realizar, esse trabalho com rede, de sair de dentro do tribunal e ir pras escolas, eu falo do que eu tenho ouvido do que eles fazem ou que pretendem fazer, eu acho que é muito importante e a gente fica na expectativa de como vai se dar...
(Entrevista com psicóloga do SERAV/TJDFT)

As três falas transcritas são de diferentes profissionais entrevistadas (todas elas agentes do campo de administração de conflitos) e, apesar de focarem aspectos distintos, coincidem na expressão de um entendimento não muito objetivo dos motivos da existência do CJM. O caráter articulador desse serviço, por ser mais evidenciado nas ações dos profissionais, era mais comumente compreendido. Em geral, até mesmo por ter iniciado seus trabalhos apenas seis meses antes de eu realizar as entrevistas, o CJM era percebido como um serviço que ainda não podia ser avaliado por resultados, mas que viria a ser muito importante como uma “referência” para o atendimento às mulheres em situação de violência.

A categoria entre aspas (“referência”) dificilmente era problematizada e, apenas em uma entrevista com uma psicóloga do SERAV, percebi uma compreensão mais detalhada das atribuições do centro.

Ressalto que, de fato, a pluralidade de eixos de atuação do CJM acarretou o estabelecimento de um público alvo bastante amplo, que envolve desde as famílias no contexto dos conflitos de Lei Maria da Penha até instituições do campo acadêmico. É importante salientar, nesse sentido, que o termo “centro” no contexto da formulação de políticas públicas remete à noção de um espaço com variadas funções e, por outro lado,

dotado de um perfil centralizador. No Distrito Federal, os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e o CRAM (Centro de Referência do Atendimento à Mulher) são dois exemplos dessa concepção. Esses são os dois aspectos que, a partir da interpretação que fiz dos dados etnográficos, eram compartilhados sobre o CJM por participantes da *rede* em geral.

Por outro lado, críticas à concepção pensada para o serviço (visto como vinculado exclusivamente ao poder judiciário), a sua atual realidade de implantação (entendida como incipiente) e sobre seu caráter pouco conhecido do público também caracterizaram alguns discursos de atores do campo de administração de conflitos, em especial aqueles dos profissionais entrevistados na esfera do Ministério Público:

Eu vejo que o centro também ainda busca profissionais para estar participando da equipe, ainda não tem um quantitativo de servidores necessários, ainda não atende a demanda que devia atender. (...) Eu acho que seria importante ter um centro que tivesse diversos membros não só do Poder Judiciário, eu penso numa parceria que tivesse também a participação de outros órgãos, porque não adianta você ser acolhida só em um órgão, depende de todos, né?

(Entrevista com servidora do SEMA/MPDFT)

Eu tenho conhecimento dele, mas eu não vi como ele funcionaria, (...) não tenho conhecimento da estrutura dele e qual seria o papel dele, até porque pelo que vi na regulamentação era algo muito genérico: ‘fazer um trabalho voltado à proteção da mulher’, algo nesse sentido. Não disse exatamente quais seriam as atribuições, quais seriam os casos, qual seria sua estruturação, porque é uma questão séria. (...) O ideal seria justamente ter as atribuições bem definidas e uma estrutura adequada para isso.

(Entrevista com promotor do MPDFT que atua nos processos da lei 11.340/06)

Acho que é importantíssimo, mas que não seja voltado somente para um juizado, muito importante para realização de pesquisas, implementação de políticas, para capacitação, porque eu acho que é isso que tá faltando (...) eu acho que o CJM precisa trabalhar tanto internamente quanto externamente... agora eu acho que tá muito centralizado aqui, centralizado, inclusive, na equipe multidisciplinar.

(Entrevista com servidora do SERAV/TJDFT)

A atuação e influência dos profissionais da Justiça na *rede*

Os relatos de campo presentes neste trabalho permitem evidenciar algumas características sobre a organização e a pauta das reuniões. Nesse sentido, é fundamental destacar a participação de Dalzi, servidora do Centro Judiciário da Mulher, bem como a de

Aline, coordenadora do CRAS do Riacho Fundo. Emails enviados avisando as datas e localidades em que seriam realizadas as reuniões e falas que introduziam e encerravam os encontros eram exemplos que ficavam mais claros sobre a influência na condução dos trabalhos. Entretanto, não percebi que a influência e a participação dessas profissionais ocorria de modo equilibrado na coordenação das reuniões da *rede*. Em primeiro lugar, devo lembrar que Dalzi tinha disponível para seu trabalho uma infraestrutura (material e humana) superior à de Aline, visto que a primeira exercia suas atividades na esfera do Judiciário.

Mais importante do que tais imperativos, as descrições das reuniões mostram que Dalzi era uma presença mais constante na realização de intervenções verbais ao longo das reuniões e, ao entrevistá-la, percebi que essa servidora exercia um papel que não se limitava à organização dos eventos coletivos. A profissional liderava um processo de agregamento de novos membros à *rede*, realizando visitas em instituições e ligações telefônicas para os serviços que entendia precisarem se aproximar da rede de atenção à violência doméstica.

Mesmo antes de o CJM iniciar suas atividades e, conseqüentemente, fazer parte da *rede*, Dalzi organizava eventos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Núcleo Bandeirante, convidando entidades parceiras e a comunidade dessa região. Acrescento essa informação no intuito de deixar claro que a referida profissional já era experiente no trabalho de estabelecer e buscar contatos com serviços (estatais ou não), sobretudo aqueles relacionados à questão da violência doméstica. Sobre a percepção de seu trabalho de organização das reuniões, a servidora comentou:

Eu fico na frente porque eu gosto. Eu trabalho 35 anos com comunidade e rede. Então é uma coisa de mim, está no meu sangue. Então eu falo: ‘Fulano, você quer apresentar, que tal? Você tem um trabalho interessante.’ (...) Porque eu acho importante, acho um assunto interessante... aí as pessoas fecham comigo: ‘Pode ser’. (...) Aí eu dou umas orientações: ‘Olha, fala sobre violência doméstica contra a mulher, fala sobre violência doméstica e familiar, vai lá no seu trabalho cotidiano e vê o que você tem em relação a isso. (...) Se quiser ajuda, pode me procurar’. Eu chego uma hora antes para organizar a sala. (...) Eu vou fazendo isso, porque eu gosto de fazer... aí eu peço a Elenyr para digitar, eu passo a frequência, fico atrás da frequência, aí eu peço a Elenyr: ‘Oh, escaneia aí pro pessoal’. Eu gosto de ficar nesse trabalho, da organização, da ajuda, para que as coisas aconteçam.

Entidades não governamentais, serviços de saúde, conselhos tutelares e até mesmo uma creche frequentaram as reuniões através de suas ações de articulação. A própria definição das entidades que faziam suas apresentações passava pelo diálogo com essa servidora do Tribunal de Justiça, como ela mesma expressa em sua fala. Foi curioso, por

exemplo, o fato de que outros profissionais das diversas instituições governamentais e não governamentais nunca se manifestaram durante as reuniões para informar ou levantar uma discussão sobre quem iria apresentar nos encontros posteriores. Desse modo, Dalzi exercia um importante e estratégico papel de coordenação das reuniões e na *rede*. Todavia, o caráter dessa coordenação era consideravelmente centralizador, haja vista que o processo para escolha de quem faria as apresentações era feito em muitas ocasiões sem consulta à *rede* enquanto coletivo. O mesmo se dava com a escolha da sexta-feira específica do mês em que aconteceriam as reuniões. Como destacam os dados etnográficos, em duas oportunidades (encontros de março e de maio) as reuniões foram remarcadas em virtude de ponderações feitas pela própria profissional do CJM.

Personagem não menos relevante que a servidora do Centro Judiciário da Mulher, o próprio coordenador do referido centro, juiz Ben Hur Viza, chamou a atenção pelas suas falas e atitudes em algumas ocasiões. Sua atuação na Rede Social de Proteção à Mulher do DF deve ser analisada considerando sua condição de autoridade judiciária no contexto do campo estatal de administração dos conflitos, bem como seu capital social e simbólico dentro do mesmo. Houve dois momentos em que sua atuação/presença foram de suma importância para a reflexão acerca do papel e das expectativas relacionadas à figura de magistrado em uma rede voltada para os conflitos de Lei Maria da Penha. Ambas as situações ocorreram na mesma reunião, em março de 2013.

A primeira se refere ao episódio da escolha do nome da *rede*, em que o juiz tomou para si a responsabilidade de mediar o processo. Faço o entendimento de que não houve uma construção coletiva e consensual da escolha do nome “Rede Social de Proteção à Mulher do DF”, mas uma iniciativa daquele operador do Direito que demonstrou exercício de poder em uma relação hierárquica perante os demais participantes da reunião. Não me atenho à discussão acerca de ter ou não havido uma aceitação positiva do nome a partir da visão dos profissionais ali presentes, mas à postura do juiz de impor que a decisão fosse tomada naquele momento, inclusive definindo qual sugestão de nome seria a mais compatível com os objetivos da *rede*. No intuito de solucionar demandas bastante pertinentes, Ben Hur agiu estrategicamente, com a finalidade de aproximar e consolidar a participação de alguns serviços governamentais cujos profissionais pudessem interpretar serem sujeitos exteriores a uma “rede do Núcleo Bandeirante”. O impasse sobre a que comunidade ou abrangência socioespacial aquela rede de serviços se referia não foi matéria de debate entre profissionais que frequentavam as reuniões e que, certamente, tinham reflexões sobre a questão.

Tampouco o momento das reuniões foi utilizado como espaço de produção de relações mais horizontais, considerando que o “caráter democrático” enquanto objetivo do *trabalho em rede* foi umas das representações ressaltadas no discurso de vários participantes, inclusive do próprio juiz naquele encontro mensal: “A rede não tem ninguém dirigindo, controlando”. Sua assertiva foi uma resposta à indagação de uma profissional que participava pela primeira de uma reunião, cujo questionamento tratava de como uma instituição deveria proceder para fazer parte da *rede*.

O segundo momento, em que houve a defesa de um posicionamento acerca do tratamento dado os conflitos, foi o que teve início no discurso de Valéria de Velasco, representante do Pró-Vítima: a defesa por prisão preventiva imediata aos requerentes em processos judiciais da Lei 11.340/06 que descumprissem a ordem estabelecida. Ao enunciar um argumento como esse durante um encontro de servidores públicos que trabalham, em sua maioria, com o tratamento dos conflitos de gênero, a subsecretária – um sujeito em posição de autoridade governamental – demonstrava seu intuito político de articular esforços em torno de sua proposição.

Entretanto, estavam presentes na reunião, em especial, ambos os coordenadores do Centro Judiciário da Mulher, o magistrado do Núcleo Bandeirante e juiz Carlos Birmarck, titular do 1º juizado de violência doméstica de Ceilândia. Pronunciar-se de forma tão assertiva sobre uma postura que compete apenas ao trabalho dos magistrados é uma ação que adquire novos significados quando consideradas as participações dos juízes no encontro, sobretudo pelo fato destes representarem um serviço-referência para os vários juizados do Distrito Federal. A representante do Pró-Vítima se apropriou de uma estratégia de articulação da *rede* – as reuniões – para poder reivindicar junto às autoridades da Justiça um tratamento diferente do que percebia em relação aos casos de violência conjugal, por conseguinte pressionando por uma resposta dos coordenadores do Centro Judiciário da Mulher.

Como pudemos observar nos dados explicitados no capítulo anterior, o discurso de Valéria causou reações no juiz Ben Hur, que explicou e ressaltou a celeridade na concessão das medidas protetivas e a sua prática de requerer prisões preventivas nos referidos casos.

Sua atitude, para além da iniciativa de divulgar informações sobre os procedimentos de praxe no juizado em que é titular, foi uma resposta à subsecretária da SEJUS e coordenadora do Pró-Vítima, inclusive no sentido de afirmar a boa imagem do serviço em

que exerce autoridade e pelo qual é responsável: o juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher do Núcleo Bandeirante.

Por sua vez, as situações em que Dalzi remarcou a reunião da *rede*, remetem diretamente a um alto valor simbólico creditado ao juiz e ao seu juizado. Da primeira vez, o encontro mensal da rede sofreu mudança de datas porque haveria a realização de um evento do “Dia da Mulher” organizado pelo Tribunal de Justiça. Na segunda ocasião, Dalzi conversou com Aline e resolveu remarcar porque julgou que a presença do juiz era fundamental para a realização do encontro, visto que o magistrado já havia estado ausente na reunião anterior. A reunião, remarcada para o início de junho, ocorreu na Central do Idoso/TJDFT, localizada no prédio do Tribunal de Justiça do Plano Piloto.

Soma-se, portanto, às percepções pessoais das profissionais que coordenam as reuniões (em que uma delas é subordinada ao magistrado), a importância de um juiz participante da rede estar presente em um evento organizado em outra sede da instituição de que faz parte. Em fala enunciada durante uma entrevista, a supervisora do CJM, Cristiane, também demonstrou um entendimento de que a participação do juiz agregava valor positivo à *rede* e expressou uma aparente contradição no que concerne à noção de “estar à frente” dos trabalhos naquela iniciativa:

Eu acho que não é a rede aqui do CJM nem do TJDF, é a rede como um todo, do DF, às vezes as pessoas tentam se apropriar né? (...) é claro que todo mundo tem uma necessidade de personificar ou personalizar alguma coisa, eu acho que no momento em que você despersonaliza, você tem a possibilidade ganhar forças, mas também de perder forças, então a gente está em um momento de construção (...). Existe essa preocupação, para não acharem que as reuniões aconteciam e estamos tomando à frente. Não, a gente quer só ajudar a coordenar melhor esses trabalhos e, tendo um juiz à frente, eu acho que sempre faz diferença.

Fora do âmbito das reuniões, houve uma situação em particular que merece destaque pela conjunção de atores institucionais envolvidos. A partir da realização de duas determinadas entrevistas, percebi a presença da atuação (e da não atuação) do juizado de violência doméstica encabeçado pelo juiz Ben Hur na realização dos encaminhamentos dos casos recebidos nessa instância judicial. Durante a entrevista com Áurea, servidora do Setor de Medidas Alternativas (SEMA/MPDFT), esta me contou que “antigamente” o juiz Ben Hur era resistente em realizar encaminhamentos para a rede de serviços do Núcleo Bandeirante, passando a fazê-lo quando reconheceu a importância do *trabalho em rede*.

Infere-se a partir da situação relatada por Áurea, que muitos casos de violência doméstica e familiar deixaram de receber (ou encontraram maior dificuldade para receber) tratamentos não judiciais após as audiências realizadas no juizado do Núcleo Bandeirante. É interessante considerar a possível relação dessa informação com o momento em que o CJM passou a integrar os trabalhos da *rede*, no sentido de refletir sobre como a abertura maior que o juiz passou a ter para realizar os encaminhamentos à rede de serviços influenciou no processo de articulação entre a Justiça e os serviços governamentais no contexto do campo etnográfico.

A entrevista com a psicóloga do Núcleo de Atendimento às Famílias e Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), por sua vez, trouxe à tona um tensionamento entre o juizado e a promotoria do Núcleo Bandeirante. Ao comentar que sua entidade, que atua na mesma região, começou a receber apenas recentemente alguns encaminhamentos provenientes do juizado da mesma região, relatou as motivações do juiz que explicavam a resistência em expandir o tratamento dos conflitos para o serviço governamental em que atua:

Especificamente aqui no Bandeirante, o Dr. Ben Hur, que é o titular do TJ, ele entende que tem uma dificuldade muito grande de o autor ser atendido dentro de um espaço do Ministério Público, embora nós sejamos um serviço diferente do Ministério Público e estejamos aqui só para utilizar o espaço. Nós somos outro serviço, nós somos do GDF, mas ele entende que para o autor estar aqui dentro é complicado porque é como se estivesse dentro do lugar que está julgando o autor na audiência, (...) então ele acha que não é um lugar muito neutro para encaminhar.

Devo salientar que, através de um acordo em nível distrital, todas as unidades de NAFAVD no Distrito Federal funcionam dentro do prédio do Ministério Público na respectiva região em que está presente. Entretanto, o serviço é vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e, portanto, não possui qualquer imperativo que implique estar sujeito ao regimento e às autoridades do MPDFT. Conheci o espaço utilizado pelo NAFAVD no prédio do Ministério Público, que se resumia a uma sala. A psicóloga deste serviço contou que o juiz explicava a sua postura afirmando que os advogados dos acusados percebiam uma situação desconfortável, pois considerava que a promotoria poderia influenciar a conduta desses homens que o NAFAVD viria a receber, o que configuraria o serviço governamental como “não neutro” nesse contexto.

Todavia, a profissional disse também que acreditava ser esse um pensamento do próprio juiz, que não aceitava muito bem a ideia. Por outro lado, profissionais do NAFVD e do SERAV, serviço este que atende alguns casos do juizado para fazer avaliação psicossocial de risco dos mesmos, passaram a buscar formas de solucionar o impasse.

Sendo assim, uma reunião entre os profissionais dessas entidades foi solicitada pelo SERAV, em que também estiveram presentes os serviços de atendimento do Pró-Vítima e do UniCEUB, além daqueles anteriormente citados, reunindo uma série de serviços a quem o juizado realizava encaminhamentos. Foi necessário que o gerente do NAFVD estivesse presente para negociar de que forma esse núcleo de atendimento poderia receber os “autores de violência” para a realização dos trabalhos de atendimento. Várias possibilidades de encaminhamentos foram discutidas nessa reunião e, por fim, o juiz abriu a possibilidade de conduzir alguns casos para o serviço do NAFVD, na condição de os atendimentos aos homens acusados nos processos serem realizados no CRAS do Núcleo Bandeirante. A ideia era de que essa medida deixariam os autores longe da influência do Ministério Público.

Dessa forma, o posicionamento do juiz em relação às condições de funcionamento do NAFVD demandou a construção de um diálogo institucional no objetivo de que o serviço da Secretaria da Mulher pudesse se adaptar aos ditames da interpretação do magistrado naquele contexto. A situação demonstra a influência que certas representações sobre os saberes e poderes que circulam no campo possuem no agir dos sujeitos, gerando conflitos como este explicitado. Entendo que a insegurança do juiz em relação à promotoria fundamentava-se numa premissa já estabelecida sobre o exercício de poder dos agentes desse serviço em relação ao NAFVD. Este, por sua vez, era representado pelo magistrado no contexto daquela situação como uma esfera institucional não independente em relação ao Ministério Público.

CONCLUSÃO

As descrições etnográficas trazidas ao longo da monografia permitem a realização de uma análise que terá foco em dois problemas distintos. O primeiro se refere aos dilemas (ou contradições) presentes na constituição da *rede* enquanto uma iniciativa de articulação institucional caracterizada, sobretudo, por serviços estatais; O segundo trata da maneira como os discursos e ações presentes constroem a rede como uma dimensão do campo estatal de administração de conflitos e do campo de políticas para as mulheres. Haja vista que por diversas vezes testemunhei a rede ser representada como um espaço de relações igualitárias ou que deveria ter seus trabalhos conduzidos com base em um princípio de descentralização, há que se destacar uma análise de tais representações.

Considerando a noção de “rede” enunciada por Carreira e Pandjarjian, pode-se refletir sobre os discursos que valorizam a consolidação de relações horizontais na Rede Social de Proteção à Mulher. Saliento que o guia de apoio formulado pelas autoras trabalha com a aceitação de uma noção ampla de “rede” para pensar a realidade das articulações institucionais, evidenciando o entendimento de que mesmo formações mais hierarquizadas podem ser consideradas redes. Entretanto, o argumento das autoras defende que redes descentralizadas possuem maior dinamismo e capacidade de ação para atingir seus objetivos.

A consequência da realização de um trabalho pautado pela horizontalidade seria a desestabilização de formas instituídas de poder. Minhas experiências com o trabalho de campo levaram-me a perceber que não seria possível classificar a rede de serviços analisada de maneira taxativa, simplificando-a dentro de um modelo piramidal (espaço verticalizado de poder) ou de um modelo de pura construção coletiva igualitária. Entendo que a estratégia de realização das reuniões para a troca de experiências e informações, prática que responde aos anseios profissionais observados, configurou-se como fator imprescindível para o desenvolvimento de um trabalho que fazia circular as percepções e o conhecimento de maneira bastante horizontal.

Acredito que o próprio sentido compartilhado de que aquele era um espaço de mútuas descobertas sobre a diversidade de ações realizadas na atenção aos conflitos domésticos e familiares facilitava a constituição de um espaço de fala de caráter democrático. Além disso, a possibilidade de aproximação entre esferas institucionais e serviços específicos que as reuniões propiciavam corroboram o argumento de Carreira e

Pandjarjian de que as redes são alternativas com potencial de contrapor o processo de fragmentação do Estado, que distancia o trabalho das instituições devido a sua estruturação segmentada.

Todavia, os dados descritos nos capítulos anteriores trazem elementos suficientes para identificar uma hierarquização de agentes na coordenação das reuniões, dimensão essencial de um trabalho formalizado e sistemático. A própria fala de uma de minhas interlocutoras, servidora do SERAV/TJDFT, ao expressar uma demanda por uma “naturalidade” ainda não adquirida no *trabalho em rede*, evidencia a preocupação em descentralizar a organização dos encontros mensais ao longo do processo de constituição da *rede*. A participação do Centro Judiciário da Mulher, principalmente nas figuras de Dalzi e do juiz Ben Hur, são um aspecto fundamental para entendermos a posição que o CJM ocupa na formação da Rede Social de Proteção à Mulher e refletirmos sobre o impacto dessa atuação na perspectiva dos profissionais que a compõem e também de outros atores do campo estatal no contexto do Distrito Federal, mesmo que não frequentadores das reuniões.

Pode-se trabalhar com a hipótese de que estão presentes no contexto etnográfico percepções que identificam o CJM ou o próprio Tribunal de Justiça na condição de instituição coordenadora ou que exerce um papel de liderança no contexto dos propósitos da *rede*. Nesse sentido, a própria construção das representações de uma rede descentralizada e independente da ação de alguns atores pode ser questionada e perder força no discurso dos agentes.

Outra contradição que entendo como não superada é a questão do pertencimento geográfico da Rede Social de Proteção à Mulher. Pode-se considerar que os objetivos da rede se estabeleceram de forma ambígua no que tange à decisão de expandir sua identidade de modo a alcançar todo o Distrito Federal. Se considerarmos a medida como uma estratégia de ampliação e fortalecimento da rede, nos defrontamos com a realidade prática de mobilidade das reuniões, que se alternam em localidades do eixo Núcleo Bandeirante – Plano Piloto. Após parar de frequentar o campo, descobri que essa prática de alternância se manteve nas duas reuniões subsequentes. A meu ver, há uma dissonância entre a estratégia e a prática adotada pela *rede* na empreitada de se denominar “do Distrito federal”. Essa contradição pode ter efeitos sobre a constituição identitária da Rede Social de Proteção à Mulher, que passava por um processo de formação e consolidação enquanto coletivo institucional segundo seus participantes.

A rede como uma intersecção de campos sociais distintos

No primeiro capítulo deste trabalho advogo que, pela presença de atores institucionais diversos na formação da Rede Social de Proteção à Mulher, podemos pensar o conjunto dos sujeitos em questão como agentes de uma dimensão do campo estatal de administração de conflitos, tal como definido e problematizado por Sinhoretto (2010). Por outro lado, muitos dos serviços presentes não podem ser concebidos de forma dissociada de um contexto de produção de políticas públicas voltadas para a consolidação da cidadania de mulheres. Entendo que os atores deste último podem representar um campo de políticas para mulheres, cuja dinâmica também ocorre em âmbito estatal, embora incorpore importantes atores da chamada “sociedade civil organizada”, e mesmo atores do campo acadêmico.

Dessa forma, a *rede* pode ser analisada como um espaço de entrecruzamento de campos distintos e autônomos, mas que conta com a particularidade de ter alguns de seus representantes como sujeitos presentes nessas duas esferas de ação. Nesse sentido, muitos discursos e ações podem ser interpretados e qualificados no contexto de ambos os campos, evidenciando o espaço da *rede* como uma importante dimensão para a dinâmica de estruturação dos mesmos, ao mesmo tempo em que por eles é estruturado.

No que tange aos discursos expressos pelos meus interlocutores sobre a violência de gênero/doméstica e as perspectivas acerca do tratamento que esses conflitos deviam receber pelos poderes públicos, há que se ressaltar a influência do conhecimento produzido no campo do feminismo sobre muitas das falas que emergiram no contexto etnográfico. Como já exposto, grande parte das falas problematizou as causas dos conflitos no contexto de uma cultura machista que naturaliza violências contra mulheres. Entendo que minha percepção pode ser contextualizada em uma relação de nível macrosociológico, que historicamente aproximou os debates feministas do campo de políticas para as mulheres no Brasil, fazendo com que esta arena fosse permeada por discursos e práticas sensíveis às desigualdades de gênero e críticas às opressões sofrida por mulheres.

Como uma esfera em que boa parte dos agentes lida com os fenômenos da violência doméstica e de gênero, o campo estatal de administração de conflitos também tem nos movimentos feministas atores cujas perspectivas influenciaram na produção de valores e normas que circulam neste campo. A própria criação da Lei 11.340/06 e de espaços judiciais específicos para os crimes abarcados pela mesma evidencia a interferência do feminismo na construção de práticas alternativas aos modelos instaurados pela justiça brasileira.

Entretanto, a percepção de que outras formas de encarar a violência e os conflitos estão presentes nessa intersecção de campos substancializada na *rede* aponta para um tensionamento entre lógicas distintas operando nas práticas dos agentes estatais e orientando os serviços em que trabalham, de modo geral. A presença da polarização “autor vs vítima” presente tanto no vocabulário jurídico corrente como nas falas de alguns interlocutores do campo etnográfico não simbolizava uma perspectiva hegemônica de pensar as relações de gênero através da ótica da dominação masculina como uma estrutura social, pois perspectivas que salientavam a necessidade de superar o lugar de “vítima” e de considerar a violência no contexto das dinâmicas intersubjetivas dos conflitos não apenas se fizeram presentes no contexto etnográfico, como orientavam o trabalho de profissionais que realizavam atendimento às mulheres em situação de violência. Além disso, a problematização das motivações da violência doméstica e conjugal geralmente destacava aspectos ligados à inabilidade comunicacional e à vulnerabilidade social – tal como vimos na posição de dois importantes agentes do campo estatal de administração de conflitos (promotor do MPDFT e supervisora do CJM). Ao colocarem em primeiro plano esses elementos (acima da ideia de uma posição estruturalmente vulnerável em que se encontrariam as mulheres), as falas desses atores nos permitem questionar em que medida os princípios que fundamentam a Lei Maria da Penha pautam o agir dos profissionais na dimensão do campo estatal analisada.

Já no que concerne às percepções dos participantes da *rede* acerca do tratamento que deveria ser oferecido aos casos de violência doméstica e, particularmente, aos homens indiciados por crime de violência doméstica contra a mulher, o tensionamento entre pontos de vista distintos ocorre de modo mais discreto e menos determinante para a construção dos antagonismos no campo da administração de conflitos. Discursos favoráveis à mediação nos processos de Lei Maria da Penha e ao tratamento dos mesmos de modo a evitar construir a imagem do “homem agressor” se mostraram mais amplamente defendidos. A defesa por uma aplicação mais rígida da legislação definitivamente não deu o tom dos discursos no contexto dos campos analisados, o que evidencia um distanciamento em relação à concepção hegemônica no campo do feminismo. Nesse sentido, a ausência de coletivos feministas provenientes da sociedade civil nos trabalhos da Rede Social de Proteção à Mulher pode ser entendida como um fator que favorece o baixo tensionamento no campo quando se trata das perspectivas sobre a administração e qualificação dos conflitos de gênero.

Dessa forma, apesar do nome oficial escolhido para a *rede* evidenciar a proteção à mulher como prioridade, as preocupações com o tratamento dos homens acusados foram evidentes. Para além de algumas falas explícitas, argumento haver essa preocupação pela presença significativa nos discursos dos participantes de uma abordagem relacional na compreensão da dinâmica dos conflitos de gênero, o que inviabiliza a postura de tratar unicamente as mulheres no intuito de buscar a resolução dos mesmos. Além disso, a presença de uma equipe multidisciplinar no 1º juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Núcleo Bandeirante, criada para atender também os requeridos nos processos judiciais, bem como a existência de um núcleo de atendimento a homens envolvidos nos conflitos (NAFAVD), que recebe encaminhamentos tanto do Ministério Público quanto do juizado, evidenciam que a rede possui infraestrutura e demanda institucional pelo atendimento aos requeridos nos processos judiciais.

As reflexões sobre a Rede Social de Proteção à Mulher como uma intersecção do campo estatal de administração de conflitos e do campo de políticas para as mulheres não podem ser descontextualizadas do processo histórico recente de atenção estatal à violência doméstica e de gênero. Nesse sentido, é importante lembrar que muitas posições institucionais foram criadas no contexto de implantação da Lei Maria da Penha e da Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Essas medidas agregaram capital simbólico e importância política a serviços e posições profissionais até então inexistentes ou pouco importantes no contexto maior do campo. Os juzizados de violência doméstica e as promotorias especializadas são, talvez, os dois grandes exemplos desse processo, motivado pelo novo patamar de atenção e de direitos que os conflitos de gênero passaram a receber dos poderes públicos. Consideradas as observações sobre os significados adquiridos por esses espaços da Justiça, destaco que ambos foram sujeitos relevantes na minha análise sobre a dimensão do campo de administração de conflitos presentes na *rede*, pois estavam envolvidos no principal evento de conflito de posições no contexto do campo.

A narrativa sobre a situação em que o juizado de violência doméstica do Núcleo Bandeirante passou a realizar o encaminhamento de homens acusados nos processos judiciais ao NAFAVD somente na condição de fazê-lo fora do espaço físico do Ministério Público trouxe à tona uma tensão de nível ético e judicial. A demonstração de não confiança na delimitação entre as atribuições da promotoria e do NAFAVD indica a existência de uma relação um tanto conflituosa entre ambas as esferas institucionais da Justiça no contexto em evidência. A aceitação das condições impostas pelo juiz titular do juizado por parte da

gerência do NAFVD, por sua vez, permite perceber a relevância da autoridade do juiz mesmo fora do âmbito dos rituais e normas do campo jurídico.

Como entidade presente tanto no campo da administração de conflitos como no campo de políticas para as mulheres, os juizados de violência doméstica ganharam evidência e assumiram uma posição de destaque em ambas as esferas. O protagonismo do Centro Judiciário da Mulher na condução e organização das reuniões da rede deve ser percebido no contexto de uma influência normativa e institucional das práticas judiciais nos campos que foram trazidos à discussão. O CJM, na condição de uma iniciativa que surgiu como modelo de administração de conflitos para os juizados especializados do Distrito Federal, além de ter como um dos seus objetivos o fortalecimento de um trabalho de articulação em rede, não pode ser entendido simplesmente como um ator institucional do campo jurídico, mas como entidade em alto grau na hierarquia de posições na dimensão analisada do campo de políticas para as mulheres. Se a grande estratégia para o tratamento da violência doméstica, enunciada na Lei Maria da Penha e pelos órgãos governamentais competentes, é a formação de redes de serviços, o Centro Judiciário da Mulher vem se colocando de maneira bastante ativa na atenção aos conflitos através de sua alta capacidade de fomentar condições para o trabalho de articulação institucional.

A Rede Social de Proteção à Mulher, dessa forma, caracteriza-se como uma iniciativa que deve ser compreendida considerando o protagonismo dos agentes do CJM na formação de sua identidade e de sua amplitude de articulações enquanto ator coletivo no campo estatal. Sendo assim, os antagonismos nos discursos acerca da dinâmica dos conflitos de gênero e a reprodução de algumas perspectivas sobressalentes a respeito de seu tratamento pelos poderes públicos devem ser observadas tendo em vista as possibilidades de influência do horizonte de práticas e interpretações hegemônicas no trabalho realizado pelos agentes do Centro Judiciário da Mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria Stella de. “Despenalização e Penalização da Violência Contra a Mulher Brasileira”. Revista da SJRJ, Vol. 15, No 22 (2008).

BANDEIRA, Lourdes. “Fortalecendo a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Avançando na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas”. Convênio CEPAL/SPM. Brasília: janeiro 2005.

BOURDIEU, Pierre. “Algumas propriedades do campo”. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM, 2007.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana; ENNE, Ana Lúcia. "Crimes de bagatela: a violência contra a mulher na Justiça do Rio de Janeiro". In: CORRÊA, M. **Gênero & Cidadania**. *Coleção Encontros. Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP*, Campinas, p. 71-106, 2002.

CARREIRA, Denise e PANDJIJARIAN, Valéria. “Vem Pra Roda! Vem Pra Rede! Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher”. São Paulo: Rede Mulher de Educação. 2003.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 23-62.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica". *Cad. Pagu, Dez 2007*, no.29, p.305-337.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero. Novas propostas, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 66, vo. 23 (2008).

GREGORI, Maria Filomena. “Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

IZUMINO, Wânia Pasinato; SANTOS, Cecília MacDowell. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. Israel, 2005.

_____. “Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: Contribuições para a Consolidação de uma Cidadania de Gênero”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 10. n. 40, 2002.

MAGALHÃES, Eduardo Pontes de. Inclusão social e intersectorialidade: o longo princípio dos caminhos às estratégias de ação. In: *Gestão Social: o que há de novo?*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2004, vol. 1.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. “Gênero, Patriarcado, Violência”. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. “Gênero e Patriarcado”, in *Marcadas a Ferro: violência contra a mulher – uma visão multidisciplinar*. SPM, 2005.

SANTOS, Cecília MacDowell, IZUMINO, Wania Pasinato. “Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil”. In *E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, da Universidade de Tel Aviv, 2005.

SINHORETTO, Jaqueline. “Campo estatal de administração de conflitos”, in *Anuário Antropológico/2009 – 2*, 2010 (p.109-123)

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres. Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2010 (Enfrentamento à violência contra as mulheres ; v. 2) Brasília: Brasília : Presidência das República/ Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. 52 páginas.